



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIDADES, TERRITÓRIOS E IDENTIDADES (PPGCITI)

ALINE GONÇALVES BATISTA DA SILVA

**POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO IFPA-CAMPUS ABAETETUBA:
ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DO CURSO TÉCNICO EM PESCA PARA UMA
COMUNIDADE RIBEIRINHA.**

ABAETETUBA – PA

2019

ALINE GONÇALVES BATISTA DA SILVA

**POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO IFPA-CAMPUS ABAETETUBA:
ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DO CURSO TÉCNICO EM PESCA PARA UMA
COMUNIDADE RIBEIRINHA.**

Dissertação de Mestrado como exigência para obtenção do título de Mestre na área de Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Territórios, do Programa de Pós-Graduação em Cidade, Território e Identidade da Universidade Federal do Pará.

Orientação: Professor Doutor Alexandre Augusto Cals e Souza

ABAETETUBA – PA
2019

ALINE GONÇALVES BATISTA DA SILVA

**POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO IFPA-CAMPUS ABAETETUBA:
ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DO CURSO TÉCNICO EM PESCA PARA UMA
COMUNIDADE RIBEIRINHA.**

Dissertação de Mestrado como exigência para obtenção do título de Mestre na área de Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Territórios, do Programa de Pós-Graduação em Cidade, Território e Identidade da Universidade Federal do Pará.

Banca Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Augusto Cals e Souza (PPGCITI/UFPA)

Co-orientador: Prof. Dr. Francinei Bentes Tavares (PPGCITI/UFPA)

Examinador Externo:

Examinador Interno: Prof. Dr. (PPGCITI/UFPA)

Resultado: _____

Abaetetuba, 31 de março de 2019.

DEDICATÓRIA

Com felicidade e estima, dedico esta dissertação de mestrado: A Deus e a meus pais, Nivaldo Batista e Marcilene Batista, pois foram a base da minha formação ética, moral e humana; ao meu esposo, Eduardo Silva, pelo apoio incondicional em todos os momentos, principalmente os de incertezas; ao meu filho Yuri Batista por se luz na minha vida e me ajudar nos momentos de esmorecimento; aos Ribeirinhos da Região do Baixo Tocantins que lutam por uma formação de qualidade.

AGRADECIMENTOS

RESUMO

BATISTA, Aline G. S. **POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO IFPA-CAMPUS ABAETETUBA: ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DO CURSO TÉCNICO EM PESCA PARA UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA.** Dissertação de Mestrado (Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Territórios). Universidade Federal do Pará. Abaetetuba – PA, 2019.

O Estado do Pará, especificamente o Município de Abaetetuba apresenta uma realidade política, econômica, cultural, territorial, social e educacional bem peculiar, a rede hidrográfica é bastante vasta, navegável em quase toda extensão, registra-se no município a existência de florestas de terra firme e florestas de várzeas. Deste modo, estudar um território tão diversificado necessita da conceituação de território, cultura, identidade e Estado para compreender o que é política pública, deste modo o objetivo do trabalho foi analisar a implantação da política de educação profissional no IFPA-Campus de Abaetetuba e as contribuições na comunidade ribeirinha do Rio Genipauba para constatar de que forma as políticas educacionais estão cumprindo seu propósito de formação profissional que atendam as demandas locais. A metodologia do trabalho contemplou entrevistas com o coordenador do curso de pesca e com três docentes ligados diretamente ao curso pesquisado, também cinco alunos da turma de 2017 do curso de pesca e um coordenador da comunidade do Rio Genipauba, os quais avaliariam as contribuições da política de educação profissional do IFPA para a comunidade Sagrado Coração de Jesus do Rio Genipaúba, Município de Abaetetuba. Com essas análise foi possível compreender a necessidade de atualização ou reformulação do Curso Técnico em Pesca, até mesmo a oferta de outros cursos, que possam partir da realidade local, sua cultura regional e características territoriais onde os alunos estão inseridos, possibilitando se aproximar-se para atender aos anseios das comunidades ribeirinhas por uma formação técnica profissional que promova o desenvolvimento local de forma sustentável.

Palavras-chave: Política de Educação Profissional. IFPA. Comunidade Ribeirinha.

ABSTRACT

BATISTA, Aline G. S. PROFESSIONAL EDUCATION POLICY OF IFPA-CAMPUS ABAETETUBA: ANALYSIS OF THE CONTRIBUTIONS OF THE TECHNICAL COURSE IN FISHERIES TO A RIBEIRINHA COMMUNITY. Master's Dissertation (Public Policies, Social Movements and Territories). Federal University of Pará, Abaetetuba - PA, 2019.

The State of Pará, specifically the Municipality of Abaetetuba presents a very peculiar political, economic, cultural, territorial, social and educational reality, the hydrographic network is very vast, navigable in almost all extension, it registers in the municipality the existence of forests of terra firme and floodplain forests. Thus, studying a territory so diverse requires the conceptualization of territory, culture, identity and state to understand what is public policy, so the objective of the work was to analyze the implementation of professional education policy in the IFPA-Campus of Abaetetuba and the contributions in the riverside community of the Genipauba River to verify how educational policies are fulfilling their purpose of vocational training that meet the local demands. The methodology of the study included interviews with the coordinator of the fishing course and with three teachers directly linked to the course researched, also five students of the class of 2017 of the course of fishing and a coordinator of the community of the Genipauba River, who would evaluate the contributions of the policy of professional education of IFPA for the Sacred Heart of Jesus community of the Rio Genipaúba, Municipality of Abaetetuba. With these analyzes it was possible to understand the need to update or reformulate the Technical Course in Fisheries, or even the offer of other courses, which can start from the local reality, its regional culture and territorial characteristics where the students are inserted, making it possible to approach to meet the wishes of the riverside communities for a professional technical education that promotes local development in a sustainable way.

Keywords: Professional Education Policy. IFPA. Socio-educational. Community of Ribeirinha.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 Localização do município de Abaetetuba e suas características.....	4
Tabela 1 Descrição das áreas do Campus Abaetetuba.....	54

Y

Figura 1 Localização do IFPA - Campus Abaetetuba	
Figura 2 Quantidade de Municípios atendidos com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	
Figura 3 Quantidade de unidades resultantes da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	
Figura 4 Localização da Rio Genipaúba	
Figura 5 Rabeta	
Figura 6 Moradia de madeira	
Figura 7 Moradia de alvenaria	
Figura 8 Sistema de abastecimento de água potável da comunidade Genipaúba	
Figura 9 Escola Municipal de Ensino Fundamental 04 de Março	
Figura 10 Imagem do prédio do IFPA Abaetetuba	
Figura 11 Ofertas de curso de 2008 a 2017	
Figura 12 Projeto Integrador Turma de Pesca 2017	
Figura 13 Tanque de criação de peixes desativado	
Figura 14 Laboratório de Pesca desativado	
Figura 15 Pesca artesanal	
Figura 16 Tanque de criação de peixes	
Figura 17 Representação gráfica do perfil de formação profissional e distribuição percentual da carga horária total do Curso Técnico em pesca	
Quadro 1 Sigla dos sujeitos pesquisados.....	20
Quadro 2 Oferta de Curso por Modalidade.....	66

LISTA DE SIGLAS

IFPA – Instituto Federal do Pará

CEFET – Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Caminhando ao problema	11
A relevância	14
Metodologia da Pesquisa	16
CAPÍTULO I A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL	21
1.1 Educação Profissional no Brasil	21
1.2 Educação Profissional No Pará	34
CAPÍTULO II POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O CURSO TÉCNICO EM PESCA DO IFPA-CAMPUS DE ABAETETUBA	37
2.1 Educação Profissional Contexto local	38
2.2 Cenário local da pesquisa	43
2.2.1 Comunidade do Rio Genipaúba	45
2.3 Contexto da Política de Educação Profissional no IFPA - Campus Abaetetuba	51
CAPÍTULO III - O CURSO DE TÉCNICO EM PESCA DO IFPA E A ATIVIDADE PESQUEIRA NA COMUNIDADE RIBEIRINHA	70
3.1 Relações do curso com a realidade local	70
3.2 Possibilidades de diálogos entre os conhecimentos científicos do curso e os conhecimentos tradicionais	78
3.3 Avaliações do curso de pesca a partir dos resultados observados	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	91
ANEXOS	98

INTRODUÇÃO

A ciência é movida pelo progresso, ela não possui a pretensão de seus pressupostos serem eternos, mesmo porque nela sabemos que aquilo já produzido se tornará antiquado em um período de dez, vinte ou cinquenta anos (WEBER, 1993). Os próprios trabalhos científicos por não conseguir responder certas questões tendem a ser ultrapassados por outros que irão compreendê-las e lançar novos paradigmas. Até mesmo o termo ciência, de acordo com Kuhn (2006), está reservado em grande parte, para aquelas áreas que progridem de forma óbvia, e isso é visível nos debates acerca da cientificidade de uma ou outra ciência social contemporânea.

Elaborar uma dissertação de mestrado, traz uma contribuição científica para uma determinada área do conhecimento. Deste modo, já que vamos tratar de pesquisa social e educacional, relacionamos que a pesquisa social busca respostas a partir da realidade social, Weber (1993) afirma que a ciência proporciona ao pesquisador chegar a respostas, através de buscas constantes, partindo de perguntas sem respostas para encontrar as verdades reais de nosso meio social. Sendo assim, a ciência nos proporciona certo grau de conhecimento para analisarmos vários aspectos da vida prática e pessoal, também propicia métodos de pensamento para chegar à resolução de problemas de forma clara.

No entanto, para elaboração da dissertação necessitou-se uma reflexão acadêmica sobre minha vida acadêmica, sinteticamente minha vida profissional, o problema de pesquisa e os objetivos a serem alcançados com esse estudo. Para isso, é necessário apresentar ao leitor(a) como cheguei a definição desse problema de pesquisa.

Caminhando ao problema

Iniciei minha vida acadêmica em 2010, fiz o curso de graduação de Pedagogia na Universidade Federal do Pará – UFPA (Campus Abaetetuba). Durante minha trajetória acadêmica, identifiquei-me com alguns atores relacionados a escola, governo, políticas públicas, direitos humanos e cidadania, como: Lindomar Wessler Boneti, Paulo Roberto de Almeida,

Antônio Flávio Moreira, Paulo Freire, José Carlos Libâneo, Marcos Riberio Mesquita, entre outros.

No segundo ano comecei a ter mais contato com esses autores pelo fato de estar engada em um projeto de extensão intitulado “Adolescência e participação democrática”, o qual fui bolsista durante um ano. O projeto possuía o objetivo de apresentar aos jovens como se construía uma política pública, como formar um cidadão ativo para manutenção da política e acompanhamento das ações do governo, isso através de problematizações e refletindo estimulando a expressão individual e coletiva: chuva de ideias, troca de opiniões, elaboração de divergências e convergências, abrindo novas possibilidades para elaboração de opiniões, valores e atitudes.

Partindo dessas vivências, no ano seguinte, com a finalização do projeto, sentir a necessidade de continuar colaborar com meu município. Com isso, comecei a prestar serviços voluntários ao Observatório Social de Abaetetuba. O qual é uma instituição independente, um órgão de controle social, que tem como meta fiscalizar os gastos públicos, evitando o desperdício de recursos.

Todavia, no ano seguinte engravidei e as ações relacionadas fiscalização do governo e das políticas tive que desassisar-me para dar conta da minha nova família e da finalização do meu curso em 2015. No período de 2013 trabalhei como bolsista na secretaria do PARFOR, bolsista na Coordenação Geral da UFPA Abaetetuba. No período de 2014 a 2016 trabalhei como Agentes de Pesquisa e Mapeamento no IBGE. Experiências que sempre traziam reflexões a sociedade em que vivemos, a políticas públicas voltadas a educação e qual nosso papel na sociedade.

Deste modo, em outubro de 2016 comecei minha experiência efetiva como Pedagoga quanto ingresse no IFPA – Campus Abaetetuba como servidora efetiva. Logo, partindo das diversas experiências de garantia de direitos e das análises realizadas durante as visitas em sala, como forma de avaliar a instituição e o trabalho docente. Percebi que alguns conteúdos ministrados nos cursos ofertados para atender demandas das comunidades tradicionais, tinha uma ligação frágil com a realidade local. Assim, eu como participante ativa, que iria agora fazer parte das próximas construções e atualizações dos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos, despertou em mim a necessidade de fazer algo para mudar essa realidade.

Todavia, nesse curto intervalo a UFPA lança o 1º Edital de Mestrado de Abaetetuba (Edital 01/2017). Com isso, percebi que um dos orientadores tratava sobre Estado, Política,

participação e legitimação nas ações coletivas nas organizações escolares na Educação. Tal orientador estava dentro da linha de pesquisa que tratava políticas públicas, movimentos sociais e território. Então, acreditei que a chance de elaborar um pré-projeto para a fazer a avaliação da Política de Educação do IFPA, mais especificamente dos Curso Técnico em Pesca e Curso Técnico em Aquicultura.

No entanto, ainda não possui segurança suficiente para elaborar um pré-projeto que envolvesse meu ambiente de trabalho, devido estar próximo do meu objeto de pesquisa, supondo que isso poderia comprometer minha pesquisa. Todavia, elaborei um pré-projeto de pesquisa relacionado análise da Política de Inclusão digital na Vila de Beja, pois acreditava ser algo mais relevante no momento. Assim, participei do processo seletivo de mestrado de pós-graduação em Cidade, Territórios e Identidades.

Meu objetivo ao cursar o mestrado era obter um amadurecimento teórico em relação as Políticas Públicas e como elas podem contribuir para a população atuar de forma democrática e ativa na sociedade. Então, consegui ser aprovada, porém os Professores Doutores: Alexandre Cals, Francinei Bentes e Afonso Nascimento que estavam na banca no dia da entrevista do mestrado sugeriram alterações no pré-projeto.

No dia 04 de abril de 2017 iniciava-se a jornada para construção de uma dissertação de mestrado. Após alguns dias do início das aulas, reunir com quem seria meu orientador, Alexandre Cals em parceria o Professor Francinei Bentes propôs-se a colaborar sendo meu co-orientador. Assim, definimos a reformulação do meu projeto que emergiu da insuficiência de estudos que apontem se as políticas educacionais implantadas estão cumprindo seu propósito de formação humana integral, levando em consideração a necessidades das comunidades locais Por outro, lado se estão apenas voltadas para as exigências do mercado, baseado no modo de produção capitalista¹. A princípio fiquei assustada, pois a sugestão seria analisar a instituição que eu também faço parte, porém com o apoio desses dois docentes percebi que era um desafio aceitável.

Portanto, daí maturamos a ideia do problema, o qual já vinha sendo pensando anteriormente, de estudar quais as contribuições do curso técnico em Pesca de nível Subsequente

¹ O modo de produção capitalista é essencialmente uma forma de economia de mercado. Ele constitui o único exemplo histórico de uma economia de mercado generalizada. Todos os elementos da vida econômica tornam-se mercadorias: não somente a terra (que não existia de forma nenhuma em regime feudal típico), os instrumentos de trabalho, as máquinas, o capital-dinheiro, mas também a própria força de trabalho. Nas origens do capitalismo, há precisamente esta generalização da produção e da circulação de mercadorias na sociedade. As concentrações do capitalismo, que o levarão a desaparecer, provêm todas, em última análise, das concentrações inerentes à própria produção mercantil (MANDEL, 1981).

do Instituto Federal do Pará (IFPA) – *Campus* de Abaetetuba-PA nas comunidades ribeirinhas? Assim, eu enquanto parte da instituição e também integrante dos núcleos responsáveis pelo processo de atualização dos cursos, conseguiria realizar uma análise tanto social quanto educacional do Curso de Pesca, apresentando possibilidades de mudanças para os próximos anos. Também, contribuir de forma acadêmica para o Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades. E por fim, dando voz a população das comunidades ribeirinhas para apontarem os possíveis indicadores de alteração necessárias no Curso de Pesca do IFPA-Campus Abaetetuba.

A relevância

A relevância desta pesquisa se dá pela necessidade da análise da política de educação profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará em seus de escala macro e micro. Esse trabalho considera questões globais e locais conectadas através da história para descrever a realidade social, política, cultural e territorial, pois nenhuma explicação da realidade é neutra.

O estudo propõe apresentar sobre a temática da Política de Educação Profissional: uma análise sobre a implantação e relação socioeducacionais do curso técnico em pesca nas comunidades ribeirinhas. Neste caso, a questão central norteadora é uma análise institucional sobre a política de educação profissional do IFPA – *Campus* de Abaetetuba-PA, em que será estudado um grupo desta instituição, para constatar quais as relações socioeducacionais do Curso Técnico em Pesca do IFPA – *Campus* de Abaetetuba-PA na comunidade ribeirinha Sagrado Coração de Jesus, do Rio Genipauga, localizada no município de Abaetetuba.

No que diz respeito à relevância social, esta é evidenciada na própria escolha do tema, uma vez que as transformações nas comunidades ribeirinhas são entendidas como uma problemática que deve ser investigada. Assim, trata-se de valorizar a identidade, os conhecimentos, as práticas e os direitos de cidadania da comunidade ribeirinha, verificando a garantia do direito ao território em que vivem.

No que concerne à relevância acadêmica científica, esta se expressa nesse estudo através da: 1) produção de novos conhecimentos sobre a atual conjuntura social das comunidades

ribeirinhas do Baixo Tocantins; 2) oportuniza produção de políticas educacionais que considerem as comunidades tradicionais como agentes ativos; 3) contribuição para avaliação dos Institutos Federais em relação a oferta de seus curso; 4) pertinente para debates em diferentes fóruns em âmbito regional, nacional e internacional sobre a referida temática.

Sobre a relevância histórica, nossa pesquisa permite analisar mudanças na trajetória da Educação Profissional implantada pelo Ministério da Educação – MEC a partir da década de 1990 até os dias atuais. Tais mudanças são decorrentes das exigências do mundo produtivo, o qual vem implantando uma série de mudanças na base educacional da formação profissional.

Com isso, a sociedade almeja que a educação pública seja para todos e seja de qualidade, conforme os objetivos propostos no Artigo 205 da Constituição Federal. Partindo desse princípio justifica-se a importância dessa pesquisa, pois se propôs a analisar as políticas públicas, especificamente as relacionadas a educação profissional voltadas a atender os anseios socioeducacionais das comunidades ribeirinhas do município de Abaetetuba-PA, as quais historicamente estão sendo excluídas da proteção social do Estado, situação identificada, pelo índice de analfabetismo significativo e a ausência de qualificação profissional (IBGE, 2015), o que dificulta a expansão do setor pesqueiro e reconhecimentos de seus direitos.

Através de uma análise histórica destacamos que o governo vem promovendo políticas públicas voltadas a atender algumas demandas sobre as políticas educacionais, através da Educação de Jovens e Adultos, reconhecendo que a educação é um direito de todos, em qualquer momento da vida.

Baseado na Resolução N° 06 que Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (MEC, 2012), a Educação Profissional Técnica de Nível Médio visa uma Educação profissional para formação de trabalhadores para uma compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões no mundo do trabalho. Compreendemos que atualmente a Educação Profissional não é um simples instrumento de política assistencialista ou linear de ajustamento profissional às demandas do mercado de trabalho, mas atuam como importante estratégia para que os cidadãos tenham efetivo acesso às conquistas das lutas sociais por avanços socioeducacionais.

Após o destaque que devemos romper com os paradigmas e partir em busca de novas adequações, optamos por uma pesquisa interdisciplinar que se configura “pela intensidade das

trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa”. (JAPIASSÚ, 1976).

Com isso, diversas características devem ser analisadas e consideradas para nosso estudo. Assim, as características regionais do município onde o Instituto está localizado devem ser esclarecidas. O município de Abaetetuba é composto por 72(setenta e duas) ilhas situadas na confluência do rio Tocantins com o rio Pará, no estuário do rio Amazonas, onde vivem 35.000 habitantes, denominados de ‘moradores das ilhas’ ou ‘ribeirinhos’ (IBGE, 2015) e, segundo o censo do IBGE (2010), possui uma população de 141.100 habitantes, sendo que 52,82% (82.998 habitantes) residem na área urbana e 41,18% (58.102 habitantes) residem na área rural. Para o ano de 2017, o IBGE estimou uma população de, aproximadamente, 153.380 pessoas.

Portanto, o objetivo geral deste trabalho foi analisar a implantação da política de educação profissional no IFPA-*Campus* de Abaetetuba e as contribuições na comunidade ribeirinha do Rio Genipaua para constatar de que forma as políticas educacionais estão cumprindo seu propósito de formação profissional que atendam as demandas locais.

Como objetivos específicos vamos **mostrar** alguns conceitos relevantes para pesquisa juntamente com a trajetória histórica da implantação da política de educação profissional até chegar em 2008 com a criação do IFPA – *Campus* Abaetetuba. Em seguida **explicar** como se deu o processo de efetivação da educação profissional de nível técnico na Região do baixo Tocantins, bem como o processo de implementação do curso técnico em pesca no IFPA – *Campus* Abaetetuba para identificar como a política de educação profissional foi efetivada, os critérios de sua escolha e suas consequências. E por fim, **identificar** se está havendo uma possibilidade de diálogo entre os saberes dos ribeirinhos e os conhecimentos técnico-científicos proporcionados pela formação profissional do IFPA.

Metodologia da Pesquisa

No momento em que se inicia um estudo devemos nos apropriar dos diferentes métodos para definir o melhor caminho e definir procedimentos racionais aceitos pela comunidade científica. Por isso, para definir um método partimos das dúvidas do problema em questão, para construção da opção metodológica.

Com isso, Lakatos e Marconi (2003) apresentam o conceito de método como o “conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”.

Assim, nesse período de análise constatamos uma convergência para abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa através da relação do pesquisador com a situação estudada busca encontrar o sentido dos fenômenos, interpretando os significados que os sujeitos lhes atribuem. Ela se preocupa em estudar questões delimitadas, locais, subjetivas, no ambiente natural em que vivem nas suas interações interpessoais e sociais, podendo responder sobre o problema vivenciado. Assim, tal abordagem permite contextualizar a realidade social, territorial, cultural e local do ser humano (CHIZZOTTI, 2001).

A pesquisa qualitativa em oposição ao método empírico de pesquisa se mostra considerando seus pressupostos filosóficos como a fenomenologia, o interacionismo simbólico, a etnometodologia, a dialética a metodologia mais adequada para ser aplicada neste estudo que estará diretamente relacionado à compreensão da política de educação profissional a partir da perspectiva das relações humanas e sociais que permeiam o uma instituição de ensino, bem como as contribuições desta política como forma a atender as demandas referentes à educação.

Reforçando ainda a metodologia aplicada, Chizzotti (2001) ressalta:

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.

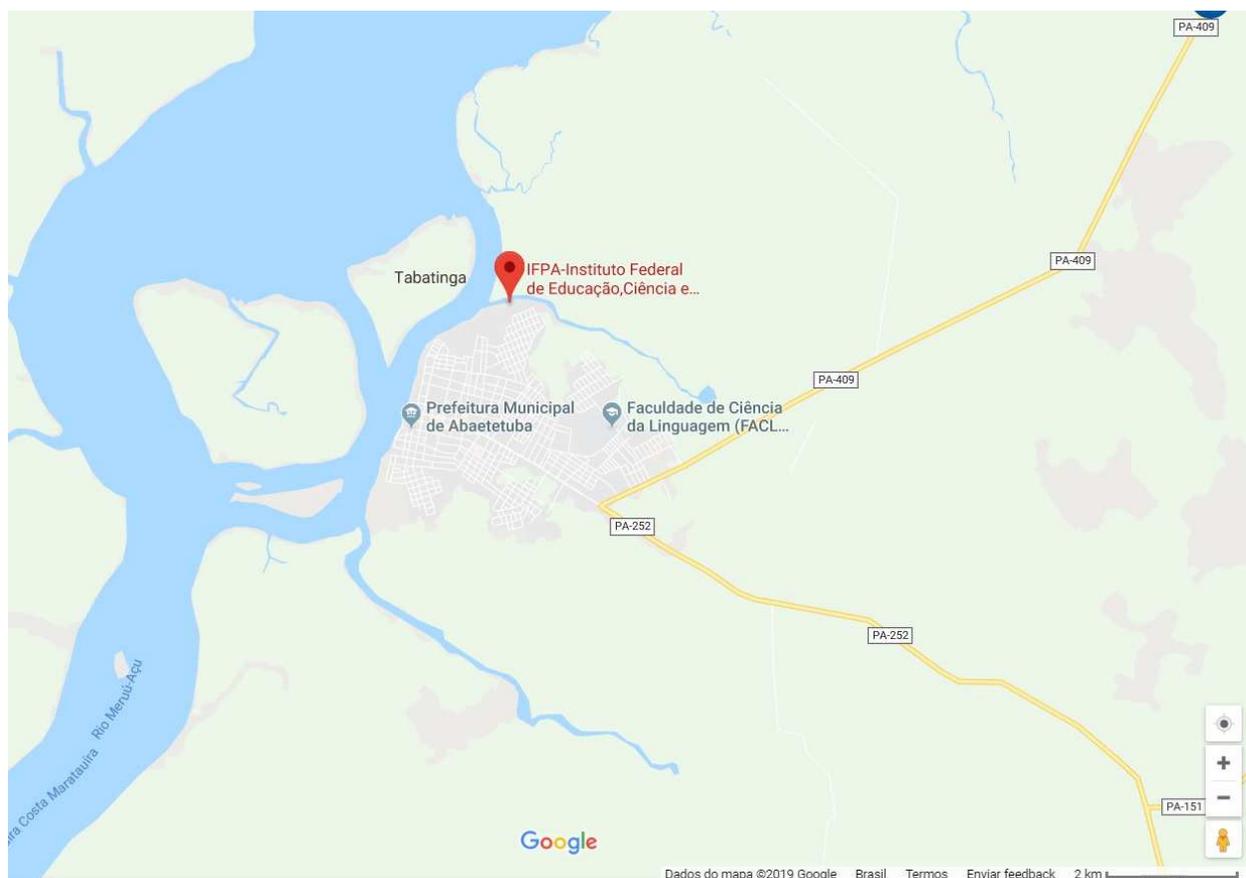
Portanto, escolhemos como opção metodológica a abordagem qualitativa, por entendermos que essa pesquisa envolve relações sociais e educacionais, logo os sujeitos ligados ao problema em questão serão capazes de responder e apresentar contribuições a pesquisa, pois trata-se de uma análise partindo das relações humanas.

Para Bogdan e Biklen (1994) a investigação qualitativa utiliza principalmente metodologias que possam criar dados descritivos que lhe permitirá observar o modo de pensar dos participantes numa investigação. Assim, a pesquisa qualitativa por ser descritiva, os dados coletados em entrevistas, nota de campo, fotografia, vídeos e registros documentais, são analisados de forma minuciosa para estabelecer uma compreensão do objeto estudado.

Deste modo, “o interesse central dessa pesquisa está em uma interpretação dos significados atribuídos pelos sujeitos às suas ações em uma realidade socialmente construída” (MOREIRA, 2011, p, 76). Com isso, fomos capazes de definir os procedimentos metodológicos utilizadas para coleta de informações, entre eles são: pesquisa documental, utilizando-se de documentos oficiais e pesquisa bibliográfica além de entrevistas.

A Instituição a ser pesquisada é o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará – *Campus* Abaetetuba situado no município de Abaetetuba. O mesmo está localizado a 103 km da capital, Belém – PA. Neste município existem diversas comunidades ribeirinhas que estão localizadas no conjunto de 72 ilhas que formam o município de Abaetetuba, Pará (01° 43’ 24” Sul e 48° 52’ 54” Oeste). Essas ilhas estão situadas na confluência do rio Tocantins com o rio Pará, no estuário do rio Amazonas.

Figura 1 Localização do IFPA - Campus Abaetetuba



Fonte: Google mapa, 2019.

A pesquisa serve para solucionar os problemas e aquisição de novos conhecimentos. A pesquisa científica necessita de uma análise bibliográfica para após partir a pesquisa de campo (GIL, 1999).

Primeiramente foram realizadas pesquisas bibliográficas em relação os autores que tratam sobre território, comunidades ribeirinhas, o papel do Estado, as Políticas Públicas, Políticas de Educação Profissional, entre outras temáticas relacionadas aos problemas da pesquisa. Posteriormente, foram realizados Os primeiros procedimentos metodológicos foram a análise documental, os quais serviram para consulta durante o desenvolvimento da pesquisa. Os principais documentos analisados foram: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Diretrizes Curriculares Nacionais, Portarias, Instruções de Avaliação, Matrizes curriculares, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI), Projeto Pedagógico do Curso (PPC), além do Projeto Político Pedagógico (PPP), Regimento, Diário de Classe, Planejamentos, Atas de reuniões, dentre outros.

Para pesquisa de campo utilizamos a entrevista como instrumento de coleta de dados, sendo uma das principais metodologias usadas em pesquisas de abordagem qualitativa. Enquanto metodologia de pesquisa, Minayo (1994) diz que a entrevista será bastante adequada como forma de interação com os atores, havendo uma atmosfera de influência recíproca, para a obtenção de informações acerca do que as “[...] pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca de suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes”.

As entrevistas qualitativas como refere Bogdan e Biklen (1994) variam quanto ao grau de estruturação, desde as entrevistas estruturadas até às entrevistas não estruturadas, podem ser relativamente abertas, centrando-se em determinados tópicos, ou podem ser guiadas por questões gerais. No entanto, este autor refere ainda que as entrevistas têm a vantagem de se ficar com a certeza de obter dados comparáveis entre os vários sujeitos.

Neste estudo, optamos por entrevistas semi-estruturadas, por parecerem mais adequadas e permitir mais segurança ao investigado. Os assuntos elencados nas entrevistas serão: uma avaliação da política de educação profissional do IFPA; relação da teoria ofertada pelo curso com prática local da pesca; se os saberes locais dos pescadores e populações ribeirinhas estão sendo

levados em conta no diálogo com os conhecimentos técnico-científicos provenientes da formação profissional, etc.

Definiremos um roteiro não estruturado com questões orientadoras para as entrevistas com o público citado no Quadro 1, utilizamos equipamento audiovisual para o registro da entrevista e das imagens do IFPA e da comunidade ribeirinha envolvida na pesquisa.

Quanto à identificação dos sujeitos da pesquisa, definimos sujeitos relacionados a realidade educacional vivenciada no IFPA. O objetivo inicial foi entrevistar a Gestão, os docentes do curso, os alunos do 3º semestre do Curso de Pesca:

Quadro 1 Sigla dos sujeitos pesquisados

CP	Coordenação do curso de pesca
DP (1, 2, 3)	Docentes do curso de pesca
AP (1, 2, 3, 4, 5)	Alunos do curso de pesca 2017
CCR	Coordenador da Comunidade Ribeirinha

Minayo (1994), reforça a utilização desta abordagem, afirmando que neste tipo de pesquisa os indivíduos investigados são aqueles que possuem vínculo com o problema em questão. Por esse motivo, restringimos a pesquisa entrevistados 01 (um) CP, 03 (três) DP, 05 (cinco) AP, 01 (um) CCR, consolidando-se uma amostra representativa para as análises feitas sobre funcionamento do curso enquanto política educacional. Ressaltamos que escolhemos 05 (cinco) alunos, pois os mesmos são de uma mesma comunidade ribeirinha, assim a pesquisa se tornou viável, anteriormente ocorreram dificuldades em realizar observações em várias comunidades, devido a distância e a dificuldade de transporte. Deste modo, a pesquisa não perderia o caractere de pesquisa qualitativa um grupo, o qual serviria de parâmetro para outros.

O período de análise documental será de 2008 até 2018 (período do início do IFPA Campus Abaetetuba, bem como do ingresso das primeiras turmas, além dos primeiros servidores) onde serão estudadas contribuições da política educacional profissionalizante do curso técnico em pesca do IFPA - Campus de Abaetetuba para comunidade ribeirinha Sagrado Coração de Jesus, analisando a relação social do IFPA com a comunidade ribeirinha para compreender as contribuições dessa política na vida dos ribeirinhos.

O presente trabalho está estruturado em 03 (três) capítulos. O primeiro capítulo apresenta a questão da trajetória histórica da implantação da política de educação profissional desde 1809 até chegar em 2008 com a criação do IFPA –*Campus* Abaetetuba.

O segundo Capítulo vem retratar as potencialidades e limitações do curso técnico em pesca a partir da visão dos gestores, dos professores e dos alunos para verificar se o IFPA possibilita formar profissionais críticos, comprometidos com o meio ambiente e que atendam aos anseios da comunidade quanto ao desenvolvimento local.

O terceiro capítulo discute a possibilidade de diálogo entre as teorias do Curso de Pesca e a prática na comunidade ribeirinha do Rio Genipauba a partir da visão de alunos atuantes de curso para assim compreender se está havendo uma possibilidade de diálogo entre os saberes dos pescadores e os conhecimentos técnico-científicos proporcionados pela formação profissional do IFPA.

CAPÍTULO I A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Neste capítulo iremos apresentar em breve trajetória histórica da educação profissional no Brasil, destacando os conceitos de Estado e Política Pública. Assim, a apresentação de uma ideia, uma reflexão ou mesmo uma proposição não é algo fácil. No âmbito acadêmico, muitos tratados foram escritos por filósofos, cientistas, teólogos, militares, políticos, dentre muitos outros pensadores, os quais, após estudos, reflexões e análises compartilharam com o mundo seus pensamentos e suas teses.

Segundo Ferreira (1986) diferentemente do ensaio, que é um texto literário breve e informal, o tratado é algo mais complexo e formal. O ensaio, por sua vez, expõe ideias, críticas e reflexões éticas, já o tratado corresponde a um estudo formal, científico, de caráter acadêmico, fundamentado e sistemático sobre determinado assunto. Este trabalho é bem mais extenso que um ensaio devido às suas características acadêmicas, sempre se propondo a apresentar uma teoria acadêmica bem fundamentada.

1.1 Educação Profissional no Brasil

A educação profissional que temos atualmente no Brasil partiu de laços com a economia capitalistas, com a intenção de suprir as demandas decorrentes do avanço da industrialização e do mercado consumidor. Em alguns países onde o capitalismo havia alcançado o estágio avançado

de crescimento, na segunda metade do século XIX, a necessidade do capitalismo por trabalhadores para manter a máquina produtiva, resultou na criação de centros de treinamento, para formação de trabalhadores. (BRYAN, 2008)

Seguindo relatos de Manfredi (2002), a história da educação profissional no Brasil se conta de duas formas: educação formal e não formal. Em relação a segunda os primeiros povos são detentores desse saber para produção de diversas artes e técnicas de cultivo e produção.

Nestes termos, no pensamento de Locke “o homem acumula riquezas como proveniente do seu trabalho, e assim surgem ricos e pobres, cuja justificativa ocorre em função da capacidade individual de cada um em constituir riqueza”. Além disso, tal autor defende um estado dividido em poderes, cuja função é a garantia dos direitos e da liberdade do cidadão. Uma das críticas à sua teoria deriva do fato de fazê-la “proprietário de bens para ser cidadão”, e poder de governar tão somente é garantido aos detentores de riquezas.

Na obra de Friedrich Hegel (1870-1831) “Princípio da Filosofia do Direito”, o Estado não consiste em um “modelo ideal”, ao contrário, incide em um “estado burguês no marco do movimento histórico real de desenvolvimento e consolidação da sociedade capitalista”. Ressalta-se o conceito de “sociedade civil” desvincilhado do aparelho estatal surge em Hegel. Para tal teórico, a sociedade civil corresponde:

(...) a um sistema de necessidades em que se desenvolvem relações e atividades econômicas – um sistema de mútuas dependências individuais recíprocas, em que os indivíduos satisfazem suas necessidades através do trabalho (HEGEL, 1821 apud MONTAÑO, DARIGUETTO, 2010, p. 31).

Para Lênin (1870-1924), ao tomar por base a teoria marxista, o Estado manifesta-se como máquina de repressão da classe burguesa cujas ferramentas são: o exército e a polícia, ou seja, “o poder coercitivo institucionalizado”, deste modo há a inevitabilidade da revolução, para que o estado burguês seja destituído e o estado proletário possa assumir (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2010).

O Estado terá como classe dominante o proletariado promovendo assim a ditadura do proletariado, sendo que os meios de produção antes propriedade da burguesia, deverão ser transformados em propriedade do Estado. Lênin considera que a revolução é necessária para a destruição do Estado.

Antônio Gramsci (2000) afirma que o Estado é composto pela sociedade civil e sociedade política, ou seja, a sociedade civil gramsciana é permeada pelos conflitos das classes sociais.

Assim, enquanto uma sociedade política as classes exercem poder de dominação por meios dos aparelhos coercitivos do Estado, na sociedade civil o poder é intermédio de uma relação hegemônica, construída pela direção política e pelo consenso (SOUZA, 2015).

Quanto à sociedade civil será a nova responsável pela antiga função social estatal de “direção social, de consenso de hegemonia”. Para Gramsci a sociedade civil é constituída por “aparelhos privados de hegemonia”, os quais representam os interesses das classes que os constituem, ressaltando-se que essa sociedade civil está ligada ao processo de produção, este elemento possibilita o surgimento das contradições eivadas de interesses específicos. (DURIGUETTO, 2007)

Com o pensamento liberal o estado assume um papel de ações minimizadas que converge para o aumento das desigualdades sociais, dentre os principais pensadores desta corrente estão Tocqueville, Keynes, Hayek, Weber e Habermas os quais serão apresentados em linhas gerais a seguir.

O contexto histórico vivenciado por Tocqueville (1805-1859) contribui para sua aversão a revolução, sendo um dos defensores do pensamento liberal, assim considerou que a democracia é responsabilidade da existência pacífica entre liberdade e igualdade. Assim, considera perigoso o "desenvolvimento de uma sociedade de massa, legitimada pela democracia”, consubstanciando seu desprezo pela igualdade e justiça social, já que representam ameaça à liberdade. Tal pensador defende a centralização governamental, e os processos administrativos descentralizados.

Para Tocqueville o povo é inapto para governar, assim, o povo deveria deixar o governo e outros melhores preparados ou minoria esclarecida, e como compensação poderia participar da sociedade civil, o que garantiria igualdade de oportunidades. Ele entende a sociedade civil como um espaço extra estatal e não mercantil. Vale demonstrar que no intuito de contenção dos perigos do desenvolvimento da igualdade e da democracia, ele defende que a sociedade civil deve formar associações livres, nas quais os cidadãos devem participar, no entanto sob a subordinação estatal.

Em seguida a conjuntura vivenciada por John Maynard Keynes (1883-1946), rompe com a visão do livre-mercado em favor da intervenção estatal na economia. A solução para crise vivenciada no período do *crash* da bolsa de Nova York foi “um estado a serviço da economia”, cujas ações promoveriam o equilíbrio econômico entre oferta e demanda efetiva, para tanto seria necessário: a) aumento do gasto público estatal; e) emissão de maior quantidade de dinheiro circulando; c) aumento da tributação; d) redução da taxa de juros; e) estímulo ao investimento; f)

estímulo a demanda efetiva; g) pleno emprego. Keynes foi o criador do “estado de bem estar social”.

Com isso, temos o “Estado de Bem-estar Social” do inglês *Welfare State*, que é uma perspectiva de Estado para o campo social e econômico, o qual a distribuição de renda para população, a prestação de serviços públicos básico é visto como combate à desigualdade social. Assim, a principal característica deste Estado é a defesa dos direitos dos cidadãos à saúde, educação, segurança, etc; sendo então, o modelo Keynesiano² o mais conhecido das políticas públicas, com o Estado presente na economia. Nesse sentido, o Estado tem deveres a cumprir para com seus cidadãos, lhes proporcionando uma vida digna. Essa teoria levou ao surgimento do conceito de bem-estar social.

A principal causa que precipitou a implementação de Estados de Bem-estar Social pelo mundo foi à crise do Liberalismo, o modelo que pregava a liberdade mercado em relação ao Estado. Portanto, foi uma resposta à crise do início do século XX, da qual a Primeira Guerra Mundial e a depressão econômica 1929 (Crise de 1929) foram um sintoma.

De acordo com Hayek (1945) as desigualdades decorrem da restrição à liberdade, do desestímulo a concorrência, de forma que as limitações de cada um (qualificação) não estimulariam a concorrência. Com relação ao estado assumiria um papel minimalista no âmbito das questões sociais, esse é o estado do neoliberalismo, voltado ao desenvolvimento capitalista/industrial, onde o Estado de Direito é deixado de lado.

Em Max Weber (1864-1920), o estado assume um perfil racional moderno, constituindo o estado das ações sociais, sendo tratado “como fenômeno social e político, não econômico; atribui ao estado definições a-históricas”; [...], além disso, “desenvolve tipologias de organizações estatais e os tipos de legitimação em relação à sociedade civil” (WEBER, 1999)

O estado na concepção de Weber (1999) é uma “organização que representa uma forma de manifestação da política, correspondente a racionalização própria da sociedade moderna”, sendo o detentor da ação coercitiva, a qual necessita de uma legitimação, na qual existe uma relação de mando e obediência.

Quanto a pensamento de Jürgen Habermas (1986), em sua teoria do “Mundo da vida”, afirma que “a utopia de uma sociedade do trabalho perdeu seu ponto de referência na realidade”. Para ele o que diferencia o homem do animal é a linguagem e não o trabalho. Além disso, em sua

² O Keynesianismo teve início no século XX e recebe esse nome em homenagem ao economista britânico John Maynard Keynes (1883-1946) (KEYNES, 1992).

teoria a “canalização dos fluxos comunicativos gerados” no “Mundo da vida” para a esfera pública cabe ao conjunto de associações voluntárias desvinculadas do mercado e do estado, ao que ele denomina sociedade civil, a qual para ele é desvinculada do sistema econômico como da esfera pública.

O ponto central da discussão de Habermas (1986) está no fato da linguagem e da cultura serem os aspectos centrais do mundo da vida e não o trabalho. Deste modo, levando-se os diversos conceitos abordados sobre o estado e a sociedade civil, verifica-se que as distinções e transformações existentes entre esses conceitos, estão sempre vinculadas ao contexto histórico e a corrente teórica a qual seu defensor está vinculado. Fator que demonstra que não existe uma verdade única, porém que se faz necessário e conhecimento e o entendimento de todas no processo de desenvolvimento de uma pesquisa sobre o estado e suas transformações.

A participação da sociedade fortalece o processo decisório, fazendo refletir suas opiniões, gerando responsabilidade do Estado e Sociedade Civil, em alguns casos a contribuição é indireta expressa pelos dirigentes escolhidos pela população para tomar decisões que vincula toda sociedade.

No Brasil a formação do estado nacional, teve sua origem em elementos própria ideológicos de formação social e viveu um capitalismo tardio, decorrente da colonização do país por uma metrópole decadente. A burguesia agrário-mercantil brasileira, historicamente, fez acordo com os portugueses, estabelecendo relações amigáveis e garantindo a produção escravista para os cultivos monoculturas (SOUZA, 2015).

Com isso, a história de centralização e descentralização no Brasil, passou por vários ciclos de acordo com Peroni (2003): de 1820 a 1870 com a centralização do poder, com Estado imperial de defesa da escravidão, com regime político parlamentar excludente; a partir de 1870 até a Primeira Guerra Mundial houve descentralização, com a política de governo Campos Salles, com a supremacia de São Paulo e Minas Gerais, cada estado era dirigido por seus próprios governadores; da Primeira Guerra Mundial até 1970/1980, período marcado pela centralização do poder, ampliando a burocracia e gestão autoritária da máquina estatal; o período da ditadura militar em que o Estado centraliza o poder em suas mãos.

Final da década de 60 e início dos anos 70, o Brasil vivia o contraste do milagre econômico com um dos períodos mais repressores comandado pelos militares. O governo transmitia aos brasileiros a imagem de um país coeso, emergente e de futuro. Campanhas

ufanistas slogans como "Brasil, Ame-o ou Deixe-o", e canções como "Eu te Amo meu Brasil", marchinha criada pela dupla Dom e Ravel, e cantada por "Os Incríveis" mostravam a face de um Brasil ideal, escondendo o atraso do país, e jamais davam sinais do processo de repressão e censura contra os que se opunham à ditadura. O Brasil, governado por militares, montava o mais cruel sistema repressor que o país já viveu. Foram os chamados "anos de chumbo" (Tramarim, 2007).

Em **1984**, o País mobilizou-se na campanha pelas "Diretas Já". A partir do governo Ernesto Geisel, entre 1974 e 1979, a crise econômica do país e as dificuldades do regime militar agravam-se. A alta do petróleo e das taxas de juros internacionais desequilibra o balanço brasileiro de pagamentos e eleva a inflação. Além disso, compromete o modelo de crescimento econômico, baseado em financiamentos externos. Apesar do encarecimento dos empréstimos e do crescimento acelerado da dívida externa, o governo não interrompe o ciclo de expansão econômica do começo dos anos 70 e mantém os programas oficiais e os incentivos aos projetos privados. Ainda assim, o desenvolvimento industrial é afetado e o desemprego aumenta.

Assim, temos vários ciclos de centralização e descentralização. Logo percebemos a estreita relação existente entre descentralização e democracia, com isso a autonomia local para governar, sendo o meio para chegar à real liberdade política. No entanto, a centralização é caracterizada como autocrática e totalitária.

Portanto, vivemos em um período em que o Brasil assume um novo papel diante da política internacional, derivado de um processo de descentralização chegando a democratização das políticas públicas, com criação de leis³ e introdução de benefícios sociais⁴. Assim, começa a ser trabalhada uma política menos centralizada em que a população participa com mais empenho e importância nas políticas públicas brasileiras. Contudo para adentrarmos no contexto da política pública, especificamente da política de educação profissional brasileira, precisamos compreender como ocorre esse processo de legitimação da política.

As políticas públicas são consideradas atividades típicas do Estado social de direito e consequência direta da necessidade de participação social em sua efetivação. Bucci (2002) compreende por políticas públicas, a organização sistemática dos motivos fundamentais e dos objetivos que orientam os programas de governo relacionados à resolução de problemas sociais.

³ Exemplo: Lei Maria da Penha, Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto do Idoso.

⁴ Exemplo: o bolsa família e bolsa escola.

As políticas públicas permitem romper com as barreiras que separam a administração pública da sociedade. Esta passa a participar da concepção, da decisão e da sua implementação. Podemos citar as audiências públicas e as consultas públicas, como exemplos práticos da participação na elaboração das políticas públicas. Já o plebiscito administrativo, o referendo, as comissões de caráter deliberativo são exemplos da participação no processo de decisão. Exemplos de execução de políticas públicas são as comissões de usuários, a atuação de organizações sociais ou de entidades de utilidade pública e a expansão dos serviços públicos. (PEREZ, 2004).

Entendemos segundo Boneti (2006) que a relação entre o Estado, classes sociais e a sociedade civil, proporciona o surgimento de agentes definidores das políticas públicas. Logo, a partir do contexto da produção econômica, cultura e interesses dos grupos dominantes são construídas as políticas públicas, sua elaboração e operacionalização, de acordo com as ações institucionais e, em particular.

Boneti (2006) afirma que a predominância dos interesses das elites econômicas camuflados nas diversas políticas públicas, porém com objetivos de expansão do capitalismo internacional. Utilizam-se de temas atuais como o desenvolvimento sustentável para transmitir uma imagem positiva de preocupação e engajamento no desenvolvimento social e ambiental. Percebemos que é inviável considerar a formulação de políticas públicas a partir somente da determinação jurídica, fundamentada em lei, como se fosse uma instituição neutra. Devemos levar em consideração a existência da relação entre o Estado e as classes sociais, em particular entre o Estado e a classe dominante.

A primeira tentativa de legalização da educação profissional no Brasil data em **1809** quando o Decreto do Príncipe Regente, futuro D. João VI, criou o Colégio das Fábricas, após a suspensão do funcionamento de indústrias manufatureiras no Brasil. Ocorreu à criação de uma Escola de Belas Artes, em **1861**, com o Decreto Real, o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, cuja intenção era forma para preencher cargos públicos das Secretarias de Estado (MEC, 2000).

A partir da década de 40, de acordo com o Parecer CNE/CEB N°16/99 foram construídas dez Casas de Educandos e Artífices em capitais de províncias, a primeira delas em Belém do Pará, com a mesma característica assistencialista. Em **1854**, o Decreto Imperial cria casa para menores abandonados, chamados de Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos, onde aprendiam as primeiras letras, encaminhados às oficinas públicas e particulares, fiscalizados pelo Juizado de

Órfãos. Outras sociedades civis foram criadas para amparar os órfãos e promover instrução teórica e prática: Liceus de Artes e Ofícios, dentre os quais os do Rio de Janeiro (1858), Salvador (1872), Recife (1880), São Paulo (1882), Maceió (1884) e Ouro Preto (1886) (MEC, 2000).

Deste modo, temos a gênese da educação profissional atrelada a uma política assistencialista que atendia ao menor abandonado, logo por trás de uma política de Estado tínhamos a formação de operários para o trabalho profissional, garantindo a posição das elites no poder e a classe operária fora dele.

No início do século XX, entre **1902 e 1920**, período da história em que os movimentos sindicais dos operários brasileiros pregavam ideários anarquistas em que a educação era o caminho para formação de “novas mentalidades e ideais revolucionários”. Todavia, o Estado com a intenção de dirimir a ideias revolucionária promovido pelos movimentos sociais, inicia a pré-legalização do ensino profissional no Brasil, o qual era destinado a amparar os órfãos e outras pessoas em situação de vulnerabilidade social, semelhante a uma política assistencialista. Porém, a verdadeira intenção era deter o controle dos operários, assim de um lado temos a classe que detém o poder e de outro a classe que está à margem. Esta oposição das classes perdura durante toda história da humanidade.

O ensino profissional passou a ser atribuição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, em **1906**. Constituindo-se, então, uma política de incentivo ao desenvolvimento do ensino industrial, comercial e agrícola. A Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado em São Paulo, e escolas comerciais públicas no Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, entre outras, foram instaladas com o propósito de atender ao ensino comercial (MEC, 2000).

A ressignificação na educação profissional a partir da visão capitalista levou aos processos de mudanças, nas diversas áreas de atuação do ser humano – na área social, econômica, política, cultural, educacional, etc. - derivando a uma adequação às novas demandas.

Portanto, em face da globalização e as mudanças no processo de trabalho capitalista, a cada fase da história se exige mais do trabalhador, decorrente das mudanças no padrão de uso do trabalho e acentuando a exigência por qualificação, nas características tanto quantitativas quanto qualitativa no setor industrial (CARVALHO, 1992).

De acordo com Frigotto (2001) a mudanças na educação profissional derivada do processo de globalização, o qual está relacionado ao sistema educacional à mão de obra qualificada, possui o intuito de atender as necessidades do mercado de produção. Porém, essa

formação técnica não era suficiente, já que o trabalhador necessitava de uma consciência crítica para atuar no mundo do trabalho, para o qual deveria refletir em situações complexas que envolvem sua atuação.

Nesse sentido, Kuenzer (1997), apresenta as características de um novo trabalho, formado para ser criativo e tomar decisões, no âmbito de sua ocupação na empresa. Essa nova interface sobre as características do trabalhador também resultou do ideário neoliberalista, em que a educação objetivava qualificar para trabalho, principalmente os adolescentes e crianças pobres.

Complementa Gentili (1996) afirmando que essa mudança no processo de ensino proposta pela administração neoliberal, constituindo uma política pública de educação profissional comprometida com a formação específica para o trabalho. Todavia, esse movimento político não considerava o ser humano com necessidade de saberes críticos para sua vida em sociedade.

Com isso, as instituições que formam hoje a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica são originárias grande parte, das 19 escolas de aprendizes artífices instituídas pelo Decreto presidencial Nº 7.566 de **1909**, assinado por Nilo Peçanha em 23/09/1909. Este contexto foi o ponto de partida para criação da rede federal de educação profissional.

Em **1930** estas instituições passaram a serem supervisionados pelo Ministério da Educação e Saúde Pública. Em **1937**, são transformadas em liceus profissionais e o ensino profissional se torna de fato obrigatoriedade das indústrias e dos sindicatos, através de sua introdução na Constituição de 1937. Temos assim, a reprodução de mão de obra, divisão social do trabalho e da ideologia dominante, consolidando a estrutura de classes (GADOTTI, 2012, p. 130).

Em **1942**, os liceus passam a ser chamados Escolas Industriais e Técnicas, devido a Lei 4.073 de 30 de janeiro de 1942, que trata sobre o ensino industrial, as bases e organização e de regime industrial. Após, em **1959**, passam a serem Escolas Técnicas Federais e são configurados como autarquia.

Perpassando pelo período da ditadura militar no Brasil, Manfredi (2002) destaca criação do Programa Intensivo de Formação de mão de obra (PIPMO), o qual em convênios com SENAI e as escolas técnicas da rede federal promoviam qualificação profissional através de cursos práticos e operacionais para atender as demandas dos grandes projetos na área petroquímica, mineração e agropecuária. Com isso, as empresas desenvolviam projetos de formação

profissional para se beneficiarem da Lei 6.297 de dezembro de 1975, pois receberam incentivos fiscais.

Esse decreto foi o ponto de partida para criação da rede federal de educação profissional, a qual, no seu percurso histórico, passou por diversas transformações até chegar às Escolas Técnicas e posteriormente ao Centro Educacional de Educação Tecnológica – CEFET baseado na Lei Nº 6.545 de 30 de junho de **1978**.

De acordo com Juracy (2009) ao longo do tempo as Escolas Agrotécnicas Federais vinculadas ao Ministério da Agricultura, em **1967** passam para o Ministério da Educação e Cultura tornando-se escolas agrícolas. Logo, em 1978, três escolas federais, do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), assemelhando-se aos centros universitários.

Assim, a formação do Estado brasileiro é marcada pelas relações sociais de exploração, de forma manipuladoras por meio de coerção e violência, em que camadas da sociedade ficam de fora das decisões políticas. Logo, no governo eleito em **1994** de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), dentro da perspectiva neoliberalista, o mesmo apresentou um plano de reforma do Estado Brasileiro, conhecido como Reforma Gerencial (1995), para efetivar tais mudanças criou o MARE (Ministério da Administração e Reforma do Aparelho do Estado). Assim, o Estado torna-se Estado-empresa ou Estado-gerencial, atrelado à proposta neoliberalistas em curso com América Latina (SOUZA, 2015).

Desta forma, o documento refere-se a três tipos de administração, patrimonialista, burocrática e gerencial, explicadas a seguir:

Para a execução das decisões a sociedade depende do controle hierárquico, que poderá ser gerencial (racional), burocrático (racional-legal) ou tradicional. Weber definiu com clareza os dois últimos tipos de poder hierárquico. O controle tradicional corresponde, na administração do Estado, ao **patrimonialismo**; o controle **burocrático**, à administração pública burocrática, em que os objetivos e os meios mais adequados para atingi-los são rigidamente definidos na lei [...] (SILVEIRA, 2006, p,29).

Já a administração pública gerencial surge na metade do século XX, tendo por princípio a busca de resultados, mas não só a execução de rotinas. Conceitos novos, não bem trabalhados ou conhecidos nos órgãos públicos, à época, passaram a ser incorporados no cotidiano administrativo, tais como planejamento estratégico e as carreiras típicas de Estado. Defendem, assim, uma reforma gerencial da Administração Pública cuja como meta principal é acabar com a ineficiência estrutural da administração pública burocrática. Assim, verifica-se a necessidade de

substituição do modelo burocrático, ineficiente, pelo modelo gerencial, eficiente e voltado para o interesse público (PEREIRA, 1999).

No documento previa-se a publicização, ou seja, transferir para setor público não estatal os serviços sociais e científico que hoje o Estado presta. A terceirização que é transferir para setor privado serviços auxiliares ou de apoio (PEREIRA, 1999). Assim, o Estado continua responsável pelos direitos básicos de saúde e educação, executando-os por intermédio de organizações públicas não estatais competitivas.

Em **1999**, o CEFET passa a oferta, além dos cursos técnicos profissionalizantes, os cursos superiores de tecnologia. Este centro estava comprometido com o desenvolvimento regional, na consolidação da identidade e das necessidades e exigências políticas, socioeconômicas, culturais e tecnológicas do Estado. Assim sendo, referência educacional, científica e tecnológica no Estado e na região.

Através do Decreto N° 5.224 de 1° de outubro de **2004**, os Centro Federais de Educação Tecnológica – CEFET legítima sobre sua organização, porém os mesmo foram criados mediante a transformação das Escolas Técnicas Federais e Escolas Agrotécnicas Federais, nos termos da Lei N° 6.545 de 30 de junho de 1978, Lei N° 7.863/89, Lei N° 8.711/93 e Lei N° 8.948/94, constituindo-se autarquias federais vinculados ao Ministério da Educação.

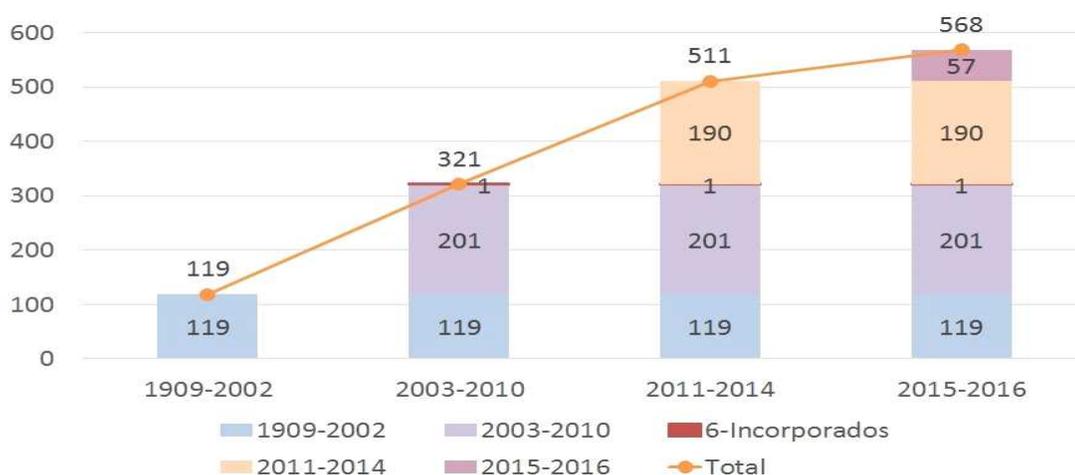
As mudanças para consolidação dos Institutos Federais em **2008** possuíam o intuito de verticalizar Educação Profissional, oportunizando avançar de forma significativa, uma proposta desafiadora para cumprir a demanda da política pública o qual é definida na Lei N° 11.8992/2008, de criação da Rede Federal:

[...] Art. 2o Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multiCâmpus, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas [...]

As transformações ao longo do tempo ocorreram de forma acelerada, de acordo com os dados do Setec/MEC (2017) existem 3 fases do plano de expansão. A Fase I destaca a prioridade inicial foi a construção de escolas em unidades da federação ainda desprovidas destas instituições, como Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, além da instalação de instituições federais de educação profissional nas periferias de grandes centros urbanos e municípios do interior. De 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no país.

Em sua segunda fase, iniciada em 2007, a Setec/MEC estabelece como meta a criação, em quatro anos, de mais 150 novas instituições federais de educação tecnológica no marco do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica. As instituições foram distribuídas nos 26 estados e no Distrito Federal, contemplando 150 municípios (figura 2) diferentes escolhidos pelo próprio MEC e mediante manifestação de interesse por parte das prefeituras municipais.

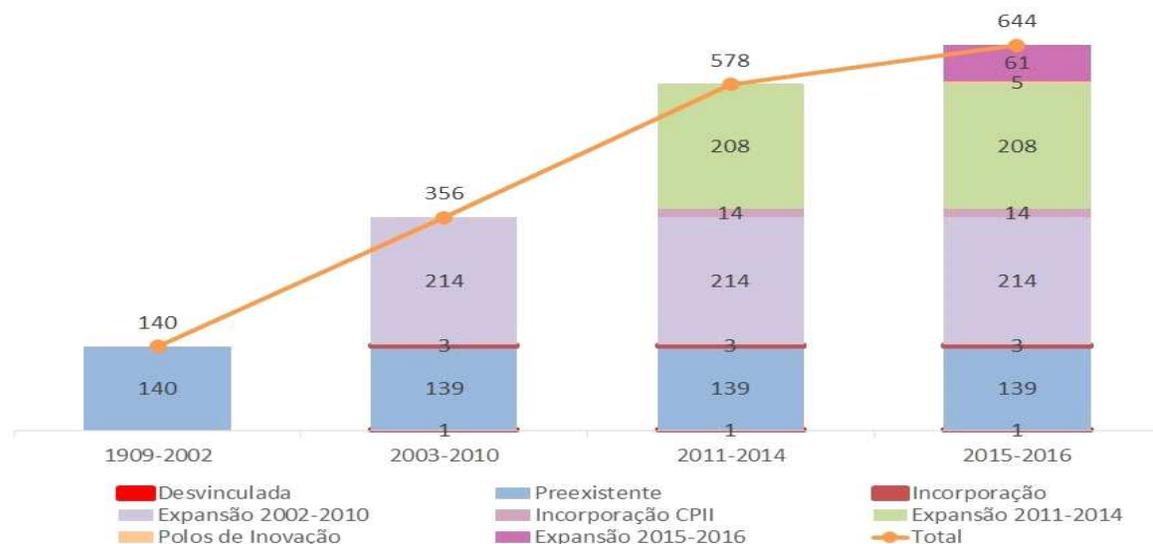
Figura 2 Quantidade de Municípios atendidos com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica



Fonte: Setec/MEC (2017)

Sua terceira fase, iniciada em 2011, estabeleceu um projeto de criação de 208 novas unidades até 2014, permanecendo o propósito de superação das desigualdades regionais e na viabilização das condições para acesso a cursos de formação profissional e tecnológica como ferramenta para melhoria de vida da população. Assim até 2016, o Ministério da Educação concretizou a construção de mais de 500 novas unidades referentes ao plano de expansão da educação profissional, totalizando 644 campi em funcionamento (figura 3).

Figura 3 Quantidade de unidades resultantes da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica



Fonte: Setec/MEC (2017)

Como resultado, a expansão e interiorização das instituições federais de EPT partiu, em 2002, de um total de 140 unidades chegando em **2018**, a 659 unidades em todo o país, das quais 644 já se encontram em funcionamento. Isto representou a construção de mais de 500 novas unidades, quantitativo maior do que o previsto nas três fases (que totalizava 400 novas unidades).

Em 2018, a Rede Federal é constituída por: 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 2 centros federais de educação tecnológica (Cefet), 23 escolas técnicas vinculadas às universidades federais, e o Colégio Pedro II, e seus respectivos campus. Assim, são 38 Institutos Federais presentes em todos os estados, oferecendo cursos de nível médio integrado e subsequente, cursos superior de tecnologia, licenciaturas, bacharelados e ofertam pós-graduação em programas de *lato e stricto sensu*. Também, atuam no desenvolvimento de atividades de pesquisa, extensão e inovação científica e tecnológica, estimulando atividades de pesquisa aplicada a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo.

Com isso, temos a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica como uma organização política das instituições federais de educação profissional e tecnológica, a partir da Lei Nº 11,892/2008, mesmo ato que culminou na criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Portanto, temos uma política pública de educação profissional que propõem prioritariamente garantir o ensino profissionalizante para diversas classes, partindo da demanda local para criação de cursos que promovam o desenvolvimento econômico e social. Assim, através desta pesquisa apresentamos as conclusões sobre a atuação do Instituto Federal no Município de Abaetetuba, comprovando se o que preconiza a política dos Instintos Federais está sendo garantido para a região.

1.2 Educação Profissional No Pará

A primeira denominação de escola de educação profissional no Pará foi a Escola de Aprendizes Artífices do Pará, criada pelo Decreto do Presidente Nilo Peçanha, em 23/09/1909 e instalada em 1910. Em 1937, com a reorganização do Ministério da Educação e Saúde Pública, a Escola de Aprendizes Artífices passou a chamar-se Liceus Industriais do Pará, em 1942 aprovadas a Lei Orgânica do Ensino Industrial, recebeu a denominação de escola Industrial de Belém (BASTOS, 1988).

De acordo com Bastos (1988) em 1959, a Escola Industrial de Belém transformou-se em Autarquia Federal. A partir de 1966, passou atuar no ensino profissional de nível médio, concomitante, excluindo gradativamente os cursos ginásio-industrial. Com essa mudança, a escola passou a chamar-se Escola Industrial Federal do Pará. Em 1967, a instituição admite matrícula de alunos do sexo feminino.

No período de 1930 a 1960, uma das instituições, a Escola Agrotécnica Federal de Castanhal – EAFC/PA foi Escola de Iniciação Agrícola, Escola de Mestria Agrícola e Ginásio Agrícola Manoel Barata. Foi nesse período que a escola deixou o caráter de formação correcional e passou a oferecer um ensino voltado a qualificar mão de obra, formando operários agrícolas e mestre agrícolas.

Em 1968 surge a denominação Escola Técnica Federal do Pará (ETFPA), onde atualmente está localizado o Campus Belém do IFPA, situado na Avenida Almirante Barroso, 1155, Bairro Marco.

Devemos destacar a Escola Agrotécnica Federal de Marabá –EAFMB, a qual é resultado de mobilizações e luta camponesa por reforma agrária e pela constituição de condições favoráveis de desenvolvimento. Também, surge com intuito de contribuir com o Plano Nacional de reforma

Agrária (PNRA), especificamente formação profissional para atender as demandas da Agricultura Familiar e Comunitária.

Em 1999, torna-se o Centro Federal de Educação Tecnologia do Pará – CEFET/PA passa a oferta além de cursos técnicos profissionalizantes, os cursos superiores de tecnologia. Comprometido com as exigências políticas, sociais, econômicas, culturais e tecnológicas do Estado, em uma integração com um processo de integração com o sistema de produção e com a sociedade, consolidando a identidade e o desenvolvimento regional, busca torna-se referência educacional, científica e tecnológica no estado e na região.

Hoje o CEFET-PA e as Escolas Agrotécnicas Federais de Castanhal e de Marabá constituem o Campus Belém, Castanhal e Rural Marabá, respectivamente. No projeto de expansão do Governo Federal para a Rede foram incluídos o campus: Abaetetuba, Altamira, Bragança, Conceição do Araguaia, Itaituba, Rural Marabá, Industrial Marabá, Tucuruí e Santarém. Posteriormente, Breves passou a compor a instituição. Na atual expansão, que se iniciou em 2013, houve a implantação de mais dois Campi, a saber, Óbidos e Parauapebas, bem como o início do processo de construção do campus de Ananindeua, Cametá e Paragominas. Vale ressaltar, ainda, que o Campus Avançado de Vigia integra o conjunto de campus do IFPA (PDI, 2014-2018).

Os CEFETs possuem autonomia para criar cursos. Para criação dos cursos em cada local é observado às potencialidades de desenvolvimento econômico e social. Todavia em algumas instituições, para escolha de novos cursos, são realizadas Audiências Públicas, com a presença de representantes da comunidade escolar, da sociedade e das organizações políticas e representativas de classes.

Percebemos essa autonomia na implantação do CEFET. De acordo com ATA DA ASSEMBLÉIA COM O DIRETOR DO CEFET-PA PARA TRATAR DA IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE ENSINO TECNOLÓGICO EM ABAETETUBA, em 05 de outubro de 2007, na presença diretor geral do CEFET-Pa, Sr. Edson Ary Fontes e o professor Rui Chaves Secretário de educação de Abaetetuba, professor Adelino Ferranti, a secretária de educação de Moju, professora Sandra Helena, o bispo da diocese de Abaetetuba, Flávio Giovenalle, entre outras autoridades, representantes de movimentos sociais e representações da sociedade civil conforme relação presente na Ata anexo.

Neste dia, segundo o Plano de Expansão Fase II, definiu-se o local de implantação do CEFET-PA Abaetetuba e os cursos ofertados pelo mesmo. Decidiu-se que os cursos a serem implantados inicialmente serão: Aquicultura, Pesca, Saneamento Urbano, Química Industrial,

Eletrotécnica e Informática. No segundo momento poderão ser implantados os cursos de Agricultura, Edificações e outros na área Industrial.

Portanto, em 29/12/2008, com a Lei nº 11.892, através do Art. 5º, inciso XX foi criado Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), por meio da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (CEFET-PA) e das Escolas Agrotécnicas Federais de Castanhal (EAFIC) e de Marabá (EAFMB), as quais atuam na rede federal de educação profissional há mais de cem anos, com exceção da EAFMB, criada em 2008.

Os Institutos Federais ressaltam a valorização da educação e das instituições públicas, aspectos das atuais políticas assumidos como fundamentais para a construção de uma nação soberana e democrática, o que pressupõe o combate às desigualdades estruturais de toda ordem. Nesse sentido, os Institutos Federais devem ser considerados bem público e, como tal, pensados em função da sociedade como um todo na perspectiva de sua transformação. Os Institutos Federais respondem à necessidade da institucionalização definitiva da educação profissional e tecnológica como política pública.

Os institutos são federais, não apenas como expressão da presença em todo o território nacional, mas, acima de tudo, como entes mantidos pelo orçamento público central. Porém, ainda que o financiamento e a manutenção a partir de fonte orçamentária pública representem condição indispensável, a política pública estabelece-se no compromisso de pensar o todo como aspecto que funda a igualdade na diversidade (social, econômica, geográfica e cultural) e ainda estar articulada a outras políticas (de trabalho e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social e mesmo educacional, dentre outras). Enquanto política pública, os Institutos Federais assumem o papel de agentes colaboradores na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades locais. Nesse sentido, cada Instituto Federal deverá dispor de um observatório de políticas públicas como espaço fundamental para o desenvolvimento do seu trabalho. Contudo, essa nova institucionalidade fomenta a criação de outra representação, distanciada daquela construída por quase um século de existência, que trazia, por vezes, reações severas quanto a sua finalidade. Em vários momentos, ao longo da sua existência, questionamentos em relação à rede federal de educação profissional e tecnológica aconteceram, no que se refere à sua condição de ser mantida pelo orçamento público federal, sobretudo quando, no limite de sua função, estava a formação de técnicos de nível médio. Em tempos recentes, a educação profissional e tecnológica também se

viu arguida no que se referia à pertinência da oferta pública. Esse foi um tempo em que também se acentuava, em relação à educação profissional e tecnológica, uma concepção de caráter funcionalista, estreito e restrito apenas a atender aos objetivos determinados pelo capital, no que diz respeito ao seu interesse por mão de obra qualificada.

De fato, as instituições federais, em períodos distintos de sua existência, atenderam a diferentes orientações de governos. Em comum, a centralidade do mercado, a hegemonia do desenvolvimento industrial e um caráter pragmático e circunstancial para a educação profissional e tecnológica. No entanto, é necessário ressaltar, neste contexto, uma outra dimensão associada à rede federal de educação profissional e tecnológica e que diz respeito à competência de instituições de tecerem em seu interior propostas de inclusão social e de construir “por dentro delas próprias” alternativas pautadas nesse compromisso, definidas pelo seu movimento endógeno e não necessariamente pelo traçado original de política de governo.

Mais que tudo, a decisão de estabelecer os Institutos Federais como política pública representa trabalhar na superação da representação existente (de subordinação quase absoluta ao poder econômico) e estabelecer sintonia com outras esferas do poder público e da sociedade, na construção de um projeto mais amplo para a educação pública, com singularidades que lhe são bastante próprias, passando a atuar como uma rede social de educação profissional e tecnológica. Na compreensão de seu trabalho coletivo, os Institutos Federais reúnem, da diversidade sociocultural, princípios e valores que convergem para fazer valer uma concepção de educação profissional e tecnológica em sintonia com os valores universais do homem, daí a importância de assegurar, nos Institutos Federais, o lugar da arte e da cultura.

CAPÍTULO II POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O CURSO TÉCNICO EM PESCA DO IFPA-CAMPUS DE ABAETETUBA

Neste capítulo, procuramos explicar como se deu o processo de efetivação da educação profissional de nível técnico na Região do baixo Tocantins, bem como o processo de implementação do curso técnico em pesca no IFPA – Campus Abaetetuba. Procurando identificar

como a política de educação profissional foi efetivada, os critérios de sua escolha e suas consequências.

Analisamos as modalidades de ensino técnico ofertadas, e se elas contribuem efetivamente para romper a histórica dicotomia entre ensino propedêutico e ensino técnico, e se as mesmas aproximam-se ou distanciam-se da noção de politécnica, bem como sugerir caminhos que possam direcionar as políticas de educação profissional para o contexto regional amazônico. Portanto, baseado no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPA-Campus Abaetetuba identificamos o processo de efetivação de uma política educacional e como se deu a participação da sociedade nesse processo.

2.1 Educação Profissional Contexto local

Para compreensão das demandas locais de onde a pesquisa está sendo realizada é necessário conhecer a trajetória histórica do território, para posteriormente compreender a necessidade da política educacional que atendam população residente. Com isso, destacamos a caracterização de Holanda (1995) sobre a ocupação do território brasileiro para caracterizar o território abaetetubense. Com isso destacamos a seguir a característica do Estado para assim chegar à caracterização do território de estudo.

O Estado do Pará é o segundo do País em superfície, com 1.253.164,5 km², sendo o dobro do território da França. A origem do nome Pará vem do termo Para, que significa rio-mar na língua indígena tupi-guarani. Os índios classificavam como o braço direito do rio Amazonas, engrossado com as águas do rio Tocantins, parecendo um mar do rio. Quando os portugueses chegaram à região deram o nome de terra de Feliz Lusitânia, depois foi substituído pelo de Grão-Pará (grande rio), posteriormente tornou-se Pará.

De acordo com o censo demográfico de 2010, a população do Estado do Pará totaliza 7.581.051 pessoas, com uma densidade demográfica de 6,07 habitantes/km². A população estimada em 2017 pelo IBGE é de 8.366.628 pessoas. A população urbana corresponde em 2010 e de 5.191.559 e a população rural 2.389.492 pessoas.

A economia do Estado do Pará é diversificada, baseada no extrativismo (minerais e vegetais), na agricultura, na pecuária e também na indústria. Destacam-se a produção de cana-de-açúcar, milho, pimenta-do-reino, arroz, mandioca, caju, feijão, frutas diversas, palmito e coco

dendê. Na pecuária predomina a criação de galináceos, seguindo pelos bovinos, equinos e ainda os babuínos. Na mineração destacam-se o ferro, a bauxita, o manganês, o calcário, o ouro e o estanho. Também predomina as indústrias alimentícias, madeireiras e de mineração.

A colonização do Estado do Pará e do município de Abaetetuba foi portuguesa priorizou a exploração dos bens e riquezas do território brasileiro, dando pouco ou nenhum destaque à construção e organização de metrópoles, já que a colônia era vista como um simples lugar de passagem, também a colonização portuguesa foi litorânea e tropical. (HOLANDA, 1995)

Com isso, de acordo com os conhecimentos tradicionais da população de Abaetetuba, a primeira penetração no território foi feita por Francisco de Azevedo Monteiro quando, em 1745, ali aportou com toda sua família, ao fugir de um temporal. Porém, segundo Palma Muniz, a fundação de Abaeté ocorreu em 1750 e as primeiras incursões foram feitas pelos antigos frades capuchos que fundaram o Convento da Una, seguindo-os, mais tarde, os Jesuítas, exploradores do rio Uraenga ou Ararenga.

Deste modo, o argumento de Sérgio Buarque nos permite pensar que a identidade e a imagem construídas sobre os países e cidades refletiram-se nas disposições físicas, nas construções e edificações das metrópoles marcadas pelas características dos povos colonizadores, e foram responsáveis por influenciar também o desenvolvimento dos povos que ali habitaram posteriormente.

Assim, as características da ocupação portuguesa destacada acima atualmente estão refletidas no município de Abaetetuba. A cidade tem um Patrimônio histórico, paisagísticos e culturais. Exemplos disso são as belas igrejas, algumas muito antigas, como a Igreja de São Miguel Arcanjo, na centenária Vila de Beja e a Catedral de Nossa Senhora da Conceição, sede da Diocese de Abaetetuba, e outros mais modernos como a de Nossa Senhora de Nazaré e o Santuário de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

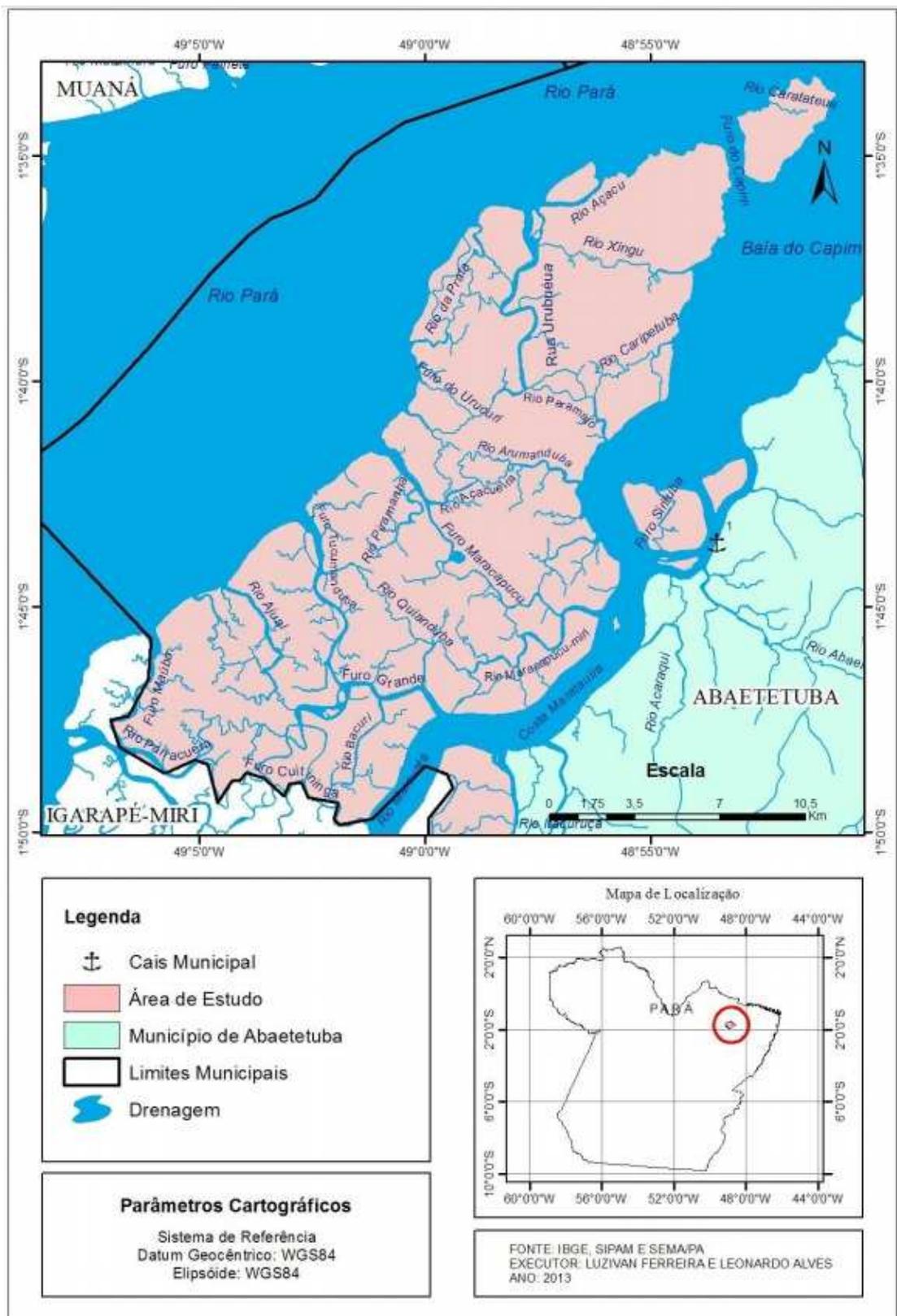
O município de Abaetetuba apresenta outra característica a destacarmos relacionadas aos rios e ao número de ilhas, destaque que o autor Romero Ximenes também fez no texto “Da tierra firme à Amazônia”, o qual apresenta a fundação da Amazônia evidenciando a vastidão de rios e ilhas, relatando o impacto dos colonizadores ao se depararem com essas características.

Seguindo esse contexto, o município de Abaetetuba é composto por 72 ilhas situadas na confluência do rio Tocantins com o rio Pará, no estuário do rio Amazonas, onde vivem 35.000 habitantes, denominados de ‘moradores das ilhas’ ou ‘ribeirinhos’ (IBGE, 2015) e, segundo o

censo do IBGE (2010), possui uma população de 141.100 habitantes, sendo que 52,82% (82.998 habitantes) residem na área urbana e 41,18% (58.102 habitantes) residem na área rural. Para o ano de 2017, o IBGE estimou uma população de, aproximadamente, 153.380 pessoas.

O município de Abaetetuba está localizado à margem do rio a economia familiar da população ribeirinha da Amazônia é voltada à pesca e a produção de açaí, tem demonstrado significativa contribuição na economia local, no entanto, ainda se observa escassez de políticas públicas voltadas a fomentar os processos produtivos nessas regiões, a fim de gerar renda e promover a dignidade social das famílias envolvidas.

Em Abaetetuba, o Rio Tocantins recebe as águas do rio Maratauíra, pela margem direita. O rio Maratauíra é engrossado pelo rio Abaeté passando a constituir um único rio, indo desaguar no estuário do rio Pará. O rio Maratauíra separa a sede municipal situada a margem direita da região das ilhas, à esquerda. Pelas sua margem direita os principais afluentes são: rio Piraquirana, rio Acaraquí, rio Genipaúba, rio Abaeté, rio Jarumã, rio Guajará, entre outros. Pela margem esquerda do Maratuíra, seguem os rios que compõe a região das ilhas com destaque para: rio Tucumanduba, rio Ajuai, rio Quianduba, rio Maracapucú, rio Arumanduba, rio Paramajó, rio Caripetuba, dentre outros. Os rios da margem esquerda do Maratauíra são os mais representativos em termos de quantidade de população, também são as localidades mais conhecidas da região das ilhas, grande concentração de atividades manifestação cultural, comunidades e ações do poder público.



Mapa 1 Localização do município de Abaetetuba e suas características

Até o início da década de 1980, a economia do município baseava-se fundamentalmente na produção de cachaça, fabricados nos vários engenhos existentes no município, na fabricação de produtos cerâmicos em geral e na fabricação de embarcações de forma artesanal, dos mais variados tipos e portes, no comércio de regatão, na agricultura (cultivo da cana de açúcar, por exemplo, para ser utilizado nos engenhos para produção da cachaça), e no extrativismo vegetal do açaí e palmito (MACHADO, 2001).

De acordo com Machado (2001), durante muito tempo essas foram as principais atividades que mantiveram economicamente Abaetetuba. Após a década de 80, ocorreu grande migração dos ribeirinhos para a periferia da cidade, complicando ainda mais a situação econômica do município, foi à década caracterizada por intenso “inchaço” populacional. Nessa época, o escritor abaetetubense Jorge Machado, em seu livro “Terras de Abaetetuba”, editado em 1986, alertava para “o total descontrole com que era feita a migração para o município [...] o que preocupava não era a migração em si, mas o que ela poderia conduzir em um futuro não muito remoto.

Na área rural percebe-se que as pessoas trabalham em atividades voltadas para o trabalho em olaria, cultivo da mandioca, manejo do açaí, produção de farinha, pesca artesanal, extração do miriti, artesanato, roçado e cultivo da cana, lavoura, criação de animais de pequenos portes, rabeteiros, além do trabalho doméstico para garantir a sobrevivência dos moradores dessas localidades.

Portanto, a importância da caracterização do território a ser estudado através da trajetória histórica, para assim compreender as características do território em suas vertentes sociais, culturais e políticas, chegando aos anseios educacionais das comunidades ribeirinhas e a ação do Estado através das políticas educacionais para essa comunidade.

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreo-territor (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”. Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto,

de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Isso no leva a uma definição na perspectiva do holístico do conceito de território, o qual é definido de forma integradora entre as diferentes dimensões sociais, da relação sociedade e natureza e na perspectiva da geografia clássica, ou seja, o território é considerado como espaços interligados (HAESBAERT, 2004).

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação.

Considerando a dimensão de território relacionada aos alunos (as) envolvidos (as) na pesquisa habitarem as diversas comunidades ribeirinhas do Baixo Tocantins. Segue o conceito de cultura baseada na perspectiva epistemológica, apresentada por Hall (2004), o qual sua “posição em relação ao conhecimento e conceitualização, em como a ‘cultura’ é usada para transformar nossa compreensão, explicação e modelos teóricos do mundo”. Logo, serão analisadas as diversas culturas presentes em cada espaço do Território do Baixo Tocantins visando solucionar o problema de pesquisa proposto.

Contudo, também será destacada a identidade de cada localidade, pois de acordo com Hall (2004) as identidades são fragmentadas. Deste modo, cada território com suas diversas culturas e sujeitos de identidade fragmentada deverão ser considerados, pois cada indivíduo apresenta características singulares a serem consideradas, para chegar a um resultado condensado da análise sugerida.

Portanto, após explicitação dos conceitos de políticas públicas, território, cultura e identidade, destacamos que apresentamos embasamento conceitual para pesquisa que está relacionando aspectos da política educacional do IFPA (Abaetetuba) de modo geral (educando/as, educadores/as, gestão institucional) e as comunidades ribeirinhas que possuem alunos atendidos pela política do curso técnico em pesca deste instituto.

2.2 Cenário local da pesquisa

Os cenários onde está localizada a cidade mostram-nos a necessidade por mão-de-obra qualificada para promoção de um desenvolvimento sustentável no local. O ensino na área pode-se dizer que é precário. Deste modo, baseado em análises documentais a criação dos Institutos Federais tem como foco a justiça social, equidade, desenvolvimento sustentável com vista na

inclusão social, bem como a busca de soluções técnicas e geração de novas tecnologias. Estas instituições devem responder, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e de suporte aos arranjos produtivos locais (BRASIL, Lei Nº 11.892/2008).

Com isso, concebemos que as políticas públicas influenciam a vida do cidadão, pois são demandas da população para providências do Governo. Resumindo, essas políticas é o governo em ação que parte da análise das necessidades dos cidadãos, traduzindo-as em mudanças através de ações por meio de planos e programas, os quais produzirão mudanças no mundo real. Para complementar o conceito de política educacional Souza (2009, p.9) apresenta uma definição:

A política educacional enquanto vertente da política social é um direito básico e vital de qualquer pessoa. Seu conjunto de planos e programas deve ser capaz de fomentar o saber pensar como instrumento necessário a participação dos cidadãos no jogo de interesses e de poder, presentes nas relações sociais.

Por esse motivo, a pesquisa volta o olhar para o curso Técnico em Pesca de Nível Médio Subsequente do IFPA – *Campus* Abaetetuba como uma política pública na área da educação profissional, com a proposta de atendimento aos anseios das comunidades ribeirinhas, especificamente da comunidade do Sagrado Coração de Jesus, do Rio Genipaúba, localizada na região das ilhas de Abaetetuba, município do Estado do Pará que atualmente necessitam de qualificação técnica profissional para desenvolver o meio em que vivem.

De acordo com a Coordenadora da comunidade, a atividade mais importante das comunidades do Rio Genipaúba é o extrativismo do açaí. Na comunidade do Sagrado Coração de Jesus as atividades predominantes é a agricultura familiar e a pesca. Porém, a economia da comunidade também gira em torno dos funcionários públicos, aposentados e pessoas que recebem o Programa Bolsa Família.

Todavia, ao falar em comunidade nos remetemos ao conceito de Tönnies (1942) em que comunidade é diferente de sociedade. A comunidade é uma ligação real entre os seres humanos, pautas em graus de parentescos, vizinhança e amizade. A vida em comunidade é interligada, todos conhecem uns aos outros e compartilham a vida juntos.

Com isso, Chaves (2001) compreende que comunidade tradicional, na Amazônia, possui um modelo particular de organização social, de gerenciamento dos recursos naturais, construindo

identidade com projetos comuns. Assim, a comunidade e o elo das relações sociais e modos de vidas específicos, com gestão peculiar dos recursos locais, evidenciando o papel da cultura.

Relacionado o estudo da comunidade pesquisa nos remetemos ao conceito de cultura aplicado por Clifford Geertz (1989) em que a cultura é um sistema simbólico, composta por mecanismos e controle, planos, regras e instruções para governar o comportamento. Logo, a forma como o ser humano irá se relacionar com o local onde vive, não degradando o meio em que vive, possibilitando uma gestão sustentável está relacionado a características da cultura das comunidades tradicionais da Amazônia.

2.2.1 Comunidade do Rio Genipaúba

A comunidade Sagrado Coração de Jesus do Rio Genipaúba localiza-se nas margens direita do Rio Genipaúba (figura 6), município de Abaetetuba, Estado do Pará.

Figura 4 Localização da Rio Genipaúba



Fonte: Google mapa, 2019.

Essa comunidade encontra-se a cerca de 6 km da sede do município, quando se utiliza embarcação motorizada como rabetas e rabudos (rabetas-figura 7), como meio de transporte.

Figura 5 Rabeta



Foto: Alisson Duran (2018)

Até o primeiro semestre do ano de 2018 a população da comunidade Sagrado Coração de Jesus era de 310 habitantes, distribuídos em 77 residências, com moradias de estruturas diversas. Das 77 residências, 15 são de madeira (Figura 8) e 62 são de alvenaria (Figura 9).

Figura 6 Moradia de madeira



Foto: Alisson Duran (2018)

Figura 7 Moradia de alvenaria



Foto: Alisson Duran (2018)

Das 77 residências, 62 residências possuem tratamento de esgoto caseiro. As demais atiram resíduos ao fundo das propriedades. Em relação aos dejetos humanos, 62 famílias possuem fossas sépticas, as outras escoam os resíduos para o rio ou deixam a céu aberto. Em relação ao lixo doméstico a maioria queima ou enterra.

O abastecimento de água da comunidade é realizado por poços escavados no terreno das propriedades ou pelo abastecimento de água que provém de um nível de estação, intitulado Sistema de abastecimento de água potável da comunidade Genipaúba (Figura 10) realizado pelo

Programa da UFPA chamado de POEMA⁵ (Pobreza e Meio Ambiente). Assim, do total das famílias, metade delas possuem poços e a outra metade usa a água da estação.

Figura 8 Sistema de abastecimento de água potável da comunidade Genipaúba



Foto: Alisson Duran (2018)

A comunidade possui 01 (uma) escola de ensino fundamental. Logo, percebemos que a questão educacional na comunidade necessita de investimento do poder público. Pois, os

⁵ Fica aprovado o Programa de Pesquisa denominado Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia (POEMA), de responsabilidade do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), com o objetivo de incentivar formas produtivas e inovadoras de cooperação entre as populações pobres e suas organizações, as universidades e as instâncias estatais em benefício de um desenvolvimento sustentável que considere as especificidades sociais e ecológicas dos municípios na Amazônia; tudo de conformidade com o constante no Anexo, que faz parte integrante e inseparável desta Resolução e com os autos do Processo NQ 023135/93-UFPA (UFPA, 1994).

habitantes da comunidade necessitam de orientações para ampliação das séries de ensino fundamental e para garantir melhores condições educacionais (figura 11).

Figura 9 Escola Municipal de Ensino Fundamental 04 de Março



Foto: Alisson Duran (2018)

Na comunidade não há posto de saúde. As famílias são acompanhadas por um Agente Comunitário de Saúde - ACS. Em relação à participação na política, 20 (vinte) pessoas participam da organização comunitária, e 12 (doze) disseram ser filiados à Associação dos Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba – ARQUIA.

Portanto, para compreendermos as contribuições acarretados pela política educacional do IFPA, analisamos necessário conhecer uma das comunidades ribeirinhas ao qual o Curso Técnico em Pesca atende, escolhemos esta comunidade pois na mesma concentra um grupo maior de aluno do curso de pesca. Logo, tal análise servirá de parâmetro para os alunos de outras comunidades com mesmas características territoriais.

Assim, após conhecer o território a ser analisado partimos para as entrevistas com os moradores, alunos, coordenadores da comunidade quanto as contribuições do curso de pesca na Comunidade, os quais alguns pontos serão destacados no decorrer do texto.

2.3 Contexto da Política de Educação Profissional no IFPA - Campus Abaetetuba

Por meio de dados fornecidos pelo Diretor Geral atual do Instituto construímos um resgate histórico do contexto do IFPA Abaetetuba. O qual, no dia 09 de junho de 2008 através da portaria 698, o Ministério da Educação autoriza o Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará CEFET a promover o funcionamento da Unidade de Ensino Descentralizada – UNED Abaetetuba. A unidade passou a funcionar no espaço físico da antiga Escola de Trabalho e Produção do Pará – (ETPP), do Governo do Estado do Pará, espaço este situado à Rua Rio de Janeiro, no bairro da Francilândia. Na ocasião era dado seguimento a construção de estrutura de ampliação da unidade, sendo os primeiros cursos ofertados com início das atividades em 20 de outubro de 2008: Técnico em Edificações e Informática, integrados ao Ensino Médio; Técnico em Informática, Aquicultura, Pesca e Saneamento, subsequentes ao Ensino Médio, todos em regime regular de ensino.

No ano de 2009, foi implantado o curso de Graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas em regime regular de ensino, Licenciatura em Educação no Campo e Especialização em Educação no Campo, estes últimos em regimes intervalares de ensino. Em 2010, foi ofertado o Curso de Pós-Graduação lato sensu PROEJA, em regime regular de ensino e o curso de Licenciatura em Pedagogia pelo PARFOR- Plataforma Freire. No Campus de Abaetetuba, foram ofertados cursos de Programas do Governo Federal, tais como: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC (este com extensão nos polos dos municípios de Moju, Acará e Igarapé - Miri), Programa Mulheres Mil, cursos do ETEC/Brasil, além dos cursos de Licenciatura em: Pedagogia, Biologia, Física e Educação no Campo pelo PARFOR. O PRONATEC, é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, foi criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei 11.513/2011. Em 2011 foram ofertadas cerca de 500 vagas para atender demandas da região nos Cursos de Produtor de Mandioca, Agricultor Familiar, Auxiliar Técnico em Agropecuária, Instalador e Reparador de Redes de Computadores,

Piscicultor, Organizador de Eventos, Montador e Reparador de Computadores, Auxiliar de Fiscalização Ambiental, Agricultor Orgânico, Torneiro Mecânico e Mestre de Obras, ofertados em no Campus. Além do PRONATEC, o IFPA - Campus Abaetetuba também ofertou o Programa Nacional Mulheres Mil. Esse programa foi instituído pela Portaria do MEC nº 1.015, de 21 de julho de 2011, o qual oportuniza a qualificação profissional e estimula o acréscimo da escolaridade visando à diminuição de problemas sociais em comunidades de baixo índice de desenvolvimento humano, bem como contribui com a ampliação da formação de profissionais para os mais diversos setores. Assim, a partir de 2011, o Programa Mulheres Mil, que foi implantado em quatro campi Abaetetuba, Altamira, Conceição do Araguaia e Breves, passa a integrar o Plano Brasil Sem Miséria e sua oferta é estendida a todos os Estados Brasileiros por meio da SETEC/MEC.

O IFPA – Campus Abaetetuba, também participou do plano nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, que é resultado de um conjunto de ações do Ministério da Educação - MEC, em colaboração com as secretarias de educação dos estados e municípios e as instituições públicas de educação superior neles sediadas, para ministrar cursos superiores gratuitos e de qualidade a professores em exercício das escolas públicas sem formação adequada à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, de dezembro de 1996.

Outro Programa do Governo Federal que atualmente é oferecido no IFPA Campus Abaetetuba é o E-TEC/Brasil. A Rede e-Tec Brasil é uma ação do Ministério da Educação e tem como foco a oferta de cursos técnicos à distância, além de formação inicial e continuada de trabalhadores egressos do ensino médio ou da educação de jovens e adultos. A perspectiva da Rede e-Tec é a expansão e democratização da oferta de profissionalização voltada para o interior do país e também para as periferias das áreas metropolitanas orientando-se pelas necessidades de desenvolvimento econômico e social do estado. Para tanto, é tomada como referência as demandas dos trabalhadores por uma formação ampla e qualificada, às necessidades sociais e culturais e regionais identificados pelos estados.

No Campus Abaetetuba é ofertado os cursos Multimeios Didático e Alimentação Escolar e Técnica em Informática na modalidade à distância. As etapas vivenciadas desde 2008 foram conduzidas por sucessivas gestões pró tempore e somente após a realização das eleições gerais realizadas em 2014, o Campus passou a vivenciar a primeira gestão eleita. Os dirigentes desta são apresentados na lista abaixo retirada do Plano Anual de Metas 2017 – IFPA Campus Abaetetuba,

seguindo uma ordem seqüência o nome do dirigente, portaria de designação, período de gestão e a portaria de dispensa:

Prof. Eurico Cardoso Fontes (Diretor Geral) – Pró Tempore

929/2008/GAB

07/08/2008 a 08/02/2009

150/2009/GAB

Prof. Eurico Cardoso Fontes (Diretor Geral) – Pró Tempore

150/2009/GAB

09/02/2009 a 31/08/2009

1057/2009/GAB

Prof. José de Ribamar Mouta Araújo (Diretor Geral) – Pró Tempore

1090/2009/GAB

01/09/2009 a 28/02/2010

207/2010/GAB

Prof. José de Ribamar Mouta Araújo (Diretor Geral) – Pró Tempore

207/2010/GAB

01/03/2010 a 28/02/2011

195/2011/GAB

Prof. Lins Erik Oliveira da Silva (Diretor Geral) – Pró Tempore

196/2011/GAB

01/03/2011 a 03/09/2012

861/2012/GAB

Prof. Valdinei Mendes da Silva (Diretor Geral) – Pró Tempore

862/2012/GAB

03/09/2012 - Atual

0607/2015/GAB

Prof. Valdinei Mendes da Silva (Diretor Geral) – Gestão Eleita

0607/2015/GAB

30/04/2015 - Atual

De acordo com DGP/IFPA Extrator de Dados, Dez/2017, Portaria nº 246/MEC o IFPA Campus Abaetetuba possui 75 docente, sendo 09 graduados, 20 especialista, 36 mestres e 10

doutores. Também é composto por 39 técnicos administrativos, sendo 07 ocupante do nível C de classificação, 17 ocupante do nível D e 15 ocupantes do nível E. Os cargos do Plano de Carreira para técnico administrativo são organizados em 5 (cinco) níveis de classificação, A, B, C, D e E, de acordo com o disposto no inciso II do art. 5º e no Anexo II da Lei nº 11.091/2005.

A tabela 1 destaca a infraestrutura física do Campus Abaetetuba, de acordo com o PDI 2014-2018, destacando área administrativa, área pedagógica e área de atividade física e esportiva.

Tabela 1 Descrição das áreas do Campus Abaetetuba

	Atual	2016	2017	2018
Descrição das Áreas (dimensões gerais)	12.229,49 m ²	12.229,49 m ²	12.229,49 m ²	12.229,49m ²
Área total do terreno	5.853,31 m ²	5.853,31m ²	6.682,85m ²	6.807,85m ²
Área Construída	1.343,22 m ²	1.343,22m ²	1.343,22m ²	1.343,22m ²
Área Pedagógica	2.671,20 m ²	2.671,20m ²	2.671,20m ²	2.671,20m ²
Área para atividades físicas e esportivas	512,00 m ²	512,00 m ²	512,00m ²	637,00m ²

Fonte: IFPA/PDI 2014-2018.

No decorrer das diversas gestões ocorreu uma dinâmica de ofertas de cursos de 2008 a 2018, inclusive a oferta de novos cursos técnicos, de graduação e pós-graduação previstos para 2018, ano em que o Campus Completa 10 anos de sua implantação.

Figura 10 Imagem do prédio do IFPA Abaetetuba



Fonte: IFPA-Campus Abaetetuba, 2018.

Em relação a parada que o curso de pesca sofreu entre 2009 a 2014 (Figura 5) em sua oferta para ser reformulado destaca-se um amadurecimento da instituição em avaliar o curso e não apenas pensar em cumprir metas descritas em documentos oficiais.

Figura 11 Ofertas de curso de 2008 a 2017

CURSOS OFERTADOS PELO IFPA - CAMPUS ABAETETUBA	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
INFORMÁTICA SUBSEQUENTE	X			X				X	X	X	
INFORMÁTICA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO	X		X	X	X	X		X	X	X	
EDIFICAÇÕES SUBSEQUENTE	X				X		X	X	X	X	
EDIFICAÇÕES INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO	X			X		X		X	X	X	
PESCA SUBSEQUENTE	X							X	X	X	
SANEAMENTO SUBSEQUENTE	X		X					X	X	X	
AQUICULTURA SUBSEQUENTE	X		X	X	X	X	X	X	X	X	
MECÂNICA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO				X	X	X		X	X	X	
SEGURANÇA DO TRABALHO SUBSEQUENTE				X	X		X	X	X	X	
MÉIO AMBIENTE SUBSEQUENTE					X	X	X	X	X		
MÉIO AMBIENTE INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO								X	X	X	
Maintenance e Suporte em Informática											X
EJA - Agroecologia - INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO											X
EAD - METALURGIA À DISTANCIA				X							
EAD - SANEAMENTO À DISTANCIA			X	X							
EAD - AQUICULTURA À DISTANCIA			X	X							
EAD - INFORMÁTICA À DISTANCIA			X	X							
EAD - MULTIMÉDIOS DIDÁTICOS À DISTANCIA							X				
EAD - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR À DISTANCIA							X				
EAD - INFORMÁTICA									X		
SUPERIOR - CIÊNCIAS BIOLÓGICAS, LICENCIATURA		X	X	X	X	X	X	X	X	X	
SUPERIOR - EDUCAÇÃO DO CAMPO, LICENCIATURA		X		X							
SUPERIOR - PEDAGOGIA, LICENCIATURA		X	X	X	X						
SUPERIOR - INFORMÁTICA, LICENCIATURA			X	X							
SUPERIOR - FÍSICA, LICENCIATURA					X						
SUPERIOR - EDUCAÇÃO DO CAMPO, LICENCIATURA											X
SUPERIOR - Secretariado Executivo											X
ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM EDUCAÇÃO TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO MODALIDADE DE EJA			X								
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ETNICORRACIAIS			X								
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA		X									
APERFEIÇOAMENTO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA		X									
ESPECIALIZAÇÃO - Educação de Jovens e Adultos: Saberes Ribeirinhos e Práticas Pedagógicas										X	X
ESPECIALIZAÇÃO - Biodiversidade e Conservação										X	X
ESPECIALIZAÇÃO - Tecnologia da Informação e Comunicação Aplicada à Educação										X	X

Fonte: IFPA-Campus Abaetetuba, 2017.

Portanto, através da figura 5 constatamos a dinâmica da oferta dos cursos técnicos e dentre outros de várias modalidades. O curso técnico em pesca foco de análise deste trabalho apresenta uma oferta em 2008 e só retorna a ser ofertado em 2015. Isto nos gera uma inquietação em saber o porquê da discrepância da oferta, sendo que de acordo com a audiência pública de

2007 tal curso era uma demanda da comunidade local. Assim, vamos em busca destes questionamentos apresentando alguns resultados no capítulo a seguir.

2.4 Plano de Desenvolvimento Institucional 2009 – 2013 e 2014 - 2018 e a participação da sociedade civil na efetivação da política pública

O Plano de Desenvolvimento Institucional é um instrumento para apresentar o Plano de trabalho da gestão, a Missão, Visão de futuro e análise geral dos Institutos, tanto de forma administrativa quanto pedagógica. Apresenta os objetos sistemáticos de acompanhamento e avaliação dos cumprimentos das metas da instituição (PDI 2009 – 2013, p.2).

A Missão do IFPA está pautada no tripé: ensino, pesquisa e extensão, promovendo uma educação profissional e tecnológica para o desenvolvimento regional sustentável, integrando saberes e valorizando a diversidade (PDI 2009 – 2013, p. 25).

A Missão cita a integração de saberes, valorizando a forma interdisciplinar de educar. Todavia, não referencia a educação integral, a qual leva em conta a cultura, política, ciência, tecnologia, trabalho, etc.

Em seguida, na Visão presente no PDI 2009-2013, a referência a integração de saberes para uma instituição de excelência no ensino, pesquisa e extensão contínua, não valoriza a formação integral do aluno para atuar no mercado de trabalho: “Ser uma instituição de excelência no ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, garantindo a integração e diversidade dos saberes e a inclusão dos cidadãos no mundo do trabalho”.

Tanto a missão quanto a visão frisada no PDI 2009-2013 limita a promoção de uma educação integral do ser humano, em todas as dimensões da vida. Deixando em destaque apenas a integração de saberes.

Os objetivos dos PDI 2009-2013 estão pautados nos valores, entretanto, os mesmos visam atender às demandas do setor produtivo, e não há referências específicas em atender as demandas dos educandos. O instituto define como valor o desenvolvimento do empreendedorismo. Todavia compreendemos que as ações podem ir além do mercado de trabalho, sendo direcionadas ao mundo do trabalho em sentido amplo.

Os princípios norteadores dos Institutos é adotar currículos integrados, tendo como eixo das suas práxis pedagógicas: trabalho, processos de auto organização dos educandos, relação

escola comunidade, pesquisa como princípio educativo, pedagogia da alternância. (PDI 2009 – 2013, p. 28).

Porém, a priori não ocorreu um trabalho de socialização e conscientização deste documento com a comunidade escolar, logo as avaliações das ações dos institutos ocorriam de forma documental e ilusória, não de forma prática e efetiva. Assim, a metas da gestão não eram avaliadas de forma efetiva, conseqüentemente a participação da comunidade não ocorria de forma coerente.

No quadro 3 do PDI 2009-2013 referente aos objetivos e metas para fortalecer as políticas de acesso, permanência e inclusão social no IFPA temos objetivos micro como, diminuir a evasão dos alunos nos cursos técnicos de nível médio, houve um rompimento com a ação projetada e as ações executadas. Esse objetivo é de suma importância, principalmente para um instituto iniciante, caso do IFPA-Campus Abaetetuba, logo como esse objetivo não foi priorizado a taxa de evasão foi altíssima, com isso, o curso foi paralisado para avaliação e posteriormente após em 2015, o mesmo voltou a ser ofertado.

A taxa de evasão alarmante decorreu de várias situações, de acordo com a Gestão atual, a dificuldade por ser uma primeira turma, ocorreu um caso peculiar no Campus Abaetetuba, o qual ofertará 40 vagas pela manhã e 40 pela tarde porém só foram preenchidas 14 pela manhã e 10 pela tarde. Das duas turmas ofertadas formaram 09 alunos da turma da manhã e 07 alunos da turma da tarde. A Gestão atual destacou vários fatores que acreditam que acarretou a taxa de evasão e procura baixa pelo curso, primeiramente a dificuldade em relação a transporte para trazer o aluno para instituição, a não existência de programa de merenda escolar, a infraestrutura como um todo ainda não estava totalmente efetivada, a dificuldade em divulgar o curso para o público alvo que seriam os ribeirinhos. Com isso, foi cancelada a oferta curso até a organização do perfil do egresso, infraestrutura do Campus e a garantir a divulgação do curso para as comunidades ribeirinhas.

Os alunos da primeira turma do curso técnico em pesca relataram as principais dificuldades em relação ao curso. Uma destas está na base ruim do ensino fundamental e médio, também a dificuldade em chegar no instituto sendo que o mesmo está localizado em um em um bairro periférico e afastado do centro da cidade, outro caso é o excesso de conteúdo, disciplinas com cálculo, falta de aulas práticas, falta de atividades no laboratório, faltam visita técnicas e a dificuldade em conseguir locais para estágio.

A questão levantada em relação ao estágio, era uma dificuldade porque, apesar de Abaetetuba contar com várias empresas e órgãos públicos na cidade e na região, ainda é pequeno o número de convênios firmados que possam dar conta da demanda do estágio. Outra questão foi a falta de aulas nos laboratórios, haja vista que existe uma mínima estrutura física, pois os laboratórios não estão totalmente estruturados não conseguindo atender a 40 alunos ingressantes do processo seletivo.

Destacamos alguns pontos de acordo com o quadro 8 do PDI 2009-2013 relacionados às diretrizes e políticas para o ensino. O qual, destaca no item política do ensino, a flexibilização do currículo, sobre tal ponto os alunos afirmaram que a formação do curso de pesca era voltada para questões industriais não atendendo as demandas locais das comunidades ribeirinhas. Uma diretriz a destacar seria: diversificar a forma de ingresso no IFPA de acordo com as demandas específicas, em tal diretriz os alunos destacaram a necessidade de um processo seletivo diferenciados para os alunos do curso de pesca, tendo em vista que é um curso voltados para ribeirinhos, logo essa característica deveria ser considerada, pois ao deixar um processo aberto a competição por uma vaga seria desleal, sendo que alunos ribeirinho tem uma formação falha em relação ao ensino básico.

Fazendo um comparativo em relação ao PDI de 2014 – 2018 e o PDI de 2009 – 2013, os pontos visão, missão, princípios filosóficos e teórico-metodológicos, texto é igual em ambos. A diferença de um PDI para o outro é a quantidade de servidores, a infraestrutura e equipamentos.

O PDI 2014 – 2018, atualmente em vigência, porém passando por processo de reformulação, faz referência ao Plano de Desenvolvimento do Campus, o qual deverá apresentar o planejamento das ações do Campus, contemplando suas projeções para o PDI. No Campus Abaetetuba, constatamos que o PDC é sempre planejado em consonância com o PDI, fato esta está ocorrendo atualmente.

Em relação a concepção de educação presente no PDI 2014 – 2018 destacamos a seguir o texto:

O IFPA adota os seguintes princípios: a qualidade dos serviços educacionais; o compromisso com os valores humanos universais; o respeito aos valores éticos, estéticos e políticos; a inclusão social; o desenvolvimento socioeconômico por meio da educação; a aplicação da tecnologia; a articulação entre escola, empresa, família e sociedade; a valorização da pesquisa como princípio e estratégia educativa. (PDI 2014 – 2018, p. 44)

No que concerne a aplicação da tecnologia; articulação entre escola, empresa, família e sociedade, ainda há muito a fazer para concretizar efetivamente a política proposta no

documento, visto que realidade mostra parcialmente essa articulação, pois existem segmentos da sociedade em que o IFPA-Campus Abaetetuba abrange, que ainda não estão sendo atendidos de forma coerente com a política do Campus.

O fomento à pesquisa, pós-graduação e inovação, no âmbito do IFPA ainda está em evolução, pois temos algumas iniciativas com a realização anual de seminários de iniciação científica e edital geral para fomento de pesquisa, sendo um bom indício que a cultura da pesquisa está sendo implementada, são sementes plantadas ainda crescendo.

Uma das vertentes de inovação do IFPA, presente na matriz curricular dos cursos técnicos de nível médio foi a inserção dos projetos integradores conforme a citação a seguir:

Os projetos integradores são articulados aos Eixos Temáticos - Sociedade, Ciência e Tecnologia, Cidadania e Mundo do Trabalho e Pesquisa Tecnológica, em cada semestre/ano. A cada início do período letivo, realizar-se-ão encontros para planejamento das etapas dos projetos. No final do período letivo, haverá a culminância com a socialização dos projetos desenvolvidos pelos discentes, sob a orientação dos professores do curso. O Projeto Integrador deve constar nos planos de ensino das disciplinas do semestre e, tem como premissa, a interdisciplinaridade do conhecimento, a inovação, a criatividade e o empreendedorismo. (PDI 2014 – 2018, p. 47-48)

Observamos em vários, e principalmente no curso técnico em pesca, o grande avanço do desenvolvimento do projeto integrado, apesar das dificuldades apresentadas pelos docentes em conseguiu desenvolver o projeto por não conhecerem a dinâmica do processo. Todavia, afirmam que após as diversas formações sobre o tema, conseguiram a partir do ano letivo de 2017.1 desenvolver o projeto integrador de forma positiva, relacionando as disciplinas do curso com a realidade da sociedade. Assim, tal projeto proporcionando a absorção da teoria do período letivo, aflorando a capacidade inovadora e criativa.

Figura 12 Projeto Integrador Turma de Pesca 2017



Fonte: Coordenação do Curso de Pesca, 2017

Destacamos que nas ações educacionais do IFPA nos seus princípios previsto no PDI 2014 - 2018, ainda mantém-se o currículo integrado em detrimento da formação integral, a qual vai além do que propõem o currículo integrado. Este, por sua vez, pouco relacionado com a realidade e demanda da comunidade local.

2.5 Encadeamentos da implantação do curso técnico em pesca

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará foi criado pelo Artigo 5º, inciso XX, da Lei 11.892, de 29/11/2008 pela integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará e das Escolas Agrotécnicas Federais de Castanhal e de Marabá.

Com essa nova configuração o IFPA atua de forma verticalizada com as seguintes modalidades de ensino: curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) ou de qualificação para mundo do trabalho sendo curso específicos de curta duração, curso técnicos de nível médio⁶

Os Cursos Técnicos de Nível Médio são concebidos como cursos articulados com o Ensino Médio. Eles são organizados por eixos tecnológicos, conforme estabelece o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT). A oferta de tais cursos articulados mostra-se da seguinte forma: a) Integrada regular, para o aluno que já tenha concluído o

(Integrado ao Ensino Médio e Subsequente ao Ensino Médio), Cursos Superiores (tecnologia⁷, bacharelado⁸ e licenciatura⁹) e Curso de Pós-Graduação¹⁰ (*lato sensu e stricto sensu*).

Percebemos a amplitude dos Institutos Federais vai da educação básica, passando pelo ensino médio até o superior. Ainda dentro desta nova configuração da rede federal de educação profissional incluem-se ainda a pesquisa e extensão. Por esse motivo, muitos questionam qual seria a identidade institucional do Instituto Federal do Pará, bem como os demais institutos federais.

Definir uma identidade facilita no planejamento das metas e ações para elevar a um patamar de excelência. Quando se atua em diversos programas, projetos e ações pode-se perder o foco. Quando não há identidade, a busca pela qualidade da educação em determinada área pode ficar dificultada. A missão, visão, valores e identidade institucional devem estar alinhadas e claras para todos. Pois, é sobre esses pilares que as metas e objetivos são projetadas. A instituição precisa saber o que fazer e pensar no futuro, definindo o que mais importante e fundamental. Por isso, analisar o PDI é fundamental, pois neste consta todas as questões citadas anteriormente.

Alguns pontos positivos podem ser citados com a implantação do IFPA – Campus Abaetetuba, tais como:

- Oportunidade de uma educação pública de qualidade para diversos públicos;
- Interiorização da educação profissional;
- Aumento das vagas para formação de professores da educação básica;
- Atendendo demanda da comunidade por formação relacionada ao eixo da tecnologia;
- Proposta de fomentar a pesquisa como princípio educativo possibilitando a inovação dentro do contexto escolar;
- Promove a verticalização do ensino;

Ensino Fundamental; b) Integrada na modalidade EJA, para os jovens maiores de 15 anos e os adultos que já tenham concluído o Ensino Fundamental; c) Concomitante, para o aluno que cursa o terceiro ano do Ensino Médio em outras instituições de ensino; d) Subsequente, para o aluno que já concluiu o Ensino Médio. (PDI, 2014-2018, p. 49 – 50)

7 Os cursos de graduação tecnológica objetivam contemplar a formação de profissionais voltados para a aplicação e o desenvolvimento de pesquisa e inovação tecnológica; (PDI, 2014-2018, p. 50)

8 Os Cursos de Bacharelado São planejados de modo a conduzir o discente a uma formação profissional de nível superior, com ênfase a atividades voltadas para a pesquisa. (PDI, 2014-2018, p. 50)

9 Os Cursos de Licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, visam à formação de professores para a Educação Básica. (PDI, 2014-2018, p. 50)

10 A organização curricular dos cursos de pós-graduação observará as determinações legais previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Projeto Político-Pedagógico, contemplando, ainda, as especificidades previstas na Regulamentação de normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação; e as Regulamentações sobre cursos de pós-graduação no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). (PDI, 2014-2018, p. 50)

- Oportunizou o desenvolvimento local de forma sustentável.

Vários programas institucionais e ações governamentais foram criados e implementados no IFPA e nos demais institutos federais, sendo que alguns são destaque:

- PROCAMPO¹¹: Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo;
- PARFOR¹²: Plano Nacional de Professores da Educação Básica;
- PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego;
- Rede e-Tec Brasil¹³;

Tanto o PROCAMPO quanto o PARFOR são programas voltados a atender a demanda por formação de professor da educação básicos para atuarem tanto no campo como na cidade. O PRONATEC é destinado a oferta de educação profissional de nível médio e fundamental, semelhantes aos cursos FIC.

A implantação do IFPA-Campus Abaetetuba foi positiva para todos municípios da região do Baixo Tocantins. Esta região, por ser rodeada de rios e ilhas, ganhou muito. Antes eram poucos cursos ofertados tanto na rede pública como privada. O Campus Abaetetuba promoveu a expansão do ensino técnico profissionalizante na região, propiciando mais escolhas.

Basicamente existem duas modalidades de educação profissional de nível médio técnico oferecido pelo Instituto Federal do Pará: subsequente e integrado. Mas há outras formas como o ensino concomitante e a pedagogia da alternância, os mesmos trataremos a seguir:

Ensino Médio Integrado ao Ensino Técnico

11 O PROCAMPO apoia a implantação de cursos regulares de licenciatura em Educação do Campo nas instituições públicas de Ensino Superior de todo o país, voltados especificamente para a formação de educadores para a docência nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio nas escolas rurais.(PDI, 2014-2018, p. 56 - 57)

12O PARFOR, na modalidade presencial é um Programa emergencial instituído para atender o disposto no inciso III do Artigo 1º do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Tem como objetivo induzir e fomentar a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para professores em exercício na rede pública de Educação Básica, para que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e contribuam para a melhoria da qualidade da Educação Básica no País.(PDI, 2014-2018, p. 57)

13Uma ação do Ministério da Educação com foco na oferta de cursos técnicos a distância,além de formação inicial e continuada de trabalhadores egressos do Ensino Médio ou da Educação de Jovens e Adultos.(PDI, 2014-2018, p. 57)

Essa modalidade de ensino é destinada para alunos que já concluíram o ensino fundamental e estão ingressando no ensino médio. Para muitos, ensino integrado é aquele que ocorre no mesmo período disciplinas do ensino médio e ensino técnico, funcionando em horários distintos e em mesmo turno. Porém, essa visão diverge da formação integral ou politécnica. Através entrevistas com alunos dos cursos integrados do IFPA-Campus Abaetetuba constatamos que a compreensão destacada acima é aceita pela maioria.

Para entender melhor o conceito de ensino integrado é preciso fazer um resgate sobre o tema de educação politécnica defendido por Karl Marx lá pelo século XIX, portanto essa noção não é nova. Saviani tem um entendimento interessante sobre a noção de politécnica:

Politécnica está relacionado aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho e tem como base determinados princípios, determinados fundamentos que devem ser garantidos na formação politécnica. Por quê? Supõe-se que, dominando esses fundamentos, esses princípios o trabalhador está em condições de desenvolver as diferentes modalidades de trabalho, com a compreensão de seu caráter e sua essência (SAVIANI, 2003).

Evidenciou Saviani que politécnica não significa multiplicidade técnica, ou multiplicar as habilitações para abarcar todas as atividades da sociedade. Ensino integrado é relacionar as disciplinas técnicas com as disciplinas do ensino médio normal, significa inserir nas aulas a realidade do mundo do trabalho, significa atividades integradas por professores do ensino médio com o técnico em temas transversais, significa dar possibilidades ao aluno ser crítico, reflexivo e criativo através da compreensão da realidade social. Por fim, significa integrar as diversas áreas do conhecimento como artes, cultura, tecnologia e exercícios físicos de forma bem planejada e atrelada a realidade do curso de modalidade integrado.

Com tudo, integração ou politécnica podem existir na modalidade concomitante, pois ensino integrado é aquele que ocorre intersecção entre teoria e prática dos conteúdos propedêuticos e do ensino técnico em estreita relação com o mundo do trabalho, dando condições para o aluno compreender e tomar decisões entre as várias dimensões da realidade em que vive.

Por enquanto, o ensino médio integrado é o que mais se aproxima da concepção de educação politécnica, mesmo havendo vários ajustes a serem realizados, pois a mesma procura forma o ser humano integral, indo além da dicotomia trabalho manual e trabalho mental, teoria e prática. Com isso, apesar do ensino médio integrado ser um ensaio a verdadeira noção de politécnica, sua existência oferece subsídios para instituição caminha nessa direção.

Estudar no ensino médio integrado não é somente inserir disciplinas do ensino médio e disciplinas técnicas no mesmo horário (manhã ou tarde geralmente). Significa integrar o conhecimento técnico com o propedêutico, promover a aproximação dos conhecimentos, para o aluno se tornar reflexivo, crítico e criativo. Considerando a ciência, a tecnologia, o trabalho e a cultura como elementos necessários para um novo currículo escolar. Portanto, com essa formação os alunos estão preparados tanto para o mercado de trabalho quanto para entender a conjuntura política, econômica, cultural e social, e intervir quando necessários nas demandas sociais de ação pública.

Com isso Ciavatta (2012, p.98-102) complementa propondo alguns pressupostos para a formação integrada:

- a) O primeiro pressuposto para a formação integrada é a existência de um projeto de sociedade;
- b) Manter, na lei, a articulação entre o ensino médio de formação geral e a educação profissional;
- c) A adesão de gestores e de professores responsáveis pela formação geral e pela formação específica;
- d) Articulação da instituição com os alunos e os familiares;
- e) O exercício da formação integrada é uma experiência de democracia participativa;
- f) Resgate da escola como um lugar de memória;
- g) Garantia de investimentos na educação.

Portanto, o ensino médio integrado no âmbito de uma proposta de uma formação integral multidimensional, no remete a definição de trabalho com “princípio educativo” destacado por Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012), em que há a formação moldada nos princípios ético-político, formando cidadãos conscientes na produção dos bens materiais, culturais e simbólicos. Por isso, é necessário compreender a raiz do ensino integrado para planejar ações permanentes.

Ensino Subsequente

Esta modalidade de ensino é destinada para alunos que já concluíram o ensino médio. Nela não existe o ensino propedêutico ocorrendo apenas a formação técnica, muitas vezes com a predominância da teoria em relação à prática. O objetivo central que observamos dessa modalidade é formar para o mercado de trabalho e não para o mundo do trabalho ou com vista a emancipação humana.

Em relação ao ensino integrado o ensino subsequente é fragmentado, uma vez que os estudantes não têm oportunidade de conhecer as primícias científicas das técnicas que estudam.

Sem contar que, nesta modalidade de ensino a duração é entre 18 a 24 meses em detrimento dos cursos integrados que possuem duração de 3 a 3,5 anos de duração.

Com isso perguntamos a 15 alunos do curso de pesca do ano de 2017 e 37 alunos do curso de pesca do ano de 2018, o que você entende por ensino médio subsequente?

Entre as respostas da turma de 2017, 95% respondeu que ensino subsequente é aquele após o ensino médio e que só estuda disciplinas técnicas. Porém, na turma 2018 tivemos 70% com respostas semelhantes. 100% dos ex-alunos da turma de 2015 relataram a mesma resposta. A seguir relatamos a fala da coordenadora do curso de pesca.

O ensino subsequente é um ensino de qualificação direta em determinada área, com mais agilidade a capacidade profissional aos estudantes, bem focado em uma determinada área em um tempo menor de formação, em alguns casos não sendo um ensino muito eficaz para preparar para o mundo do trabalho.

O ensino subsequente é ponto de debate entre os professores, principalmente. Existem os que defendem o ensino subsequente. Existem aqueles que defendem o ensino subsequente, pois fornece às pessoas que já possui ensino médio fazer um curso técnico, dessa forma aumenta as chances de ingressar no mercado de trabalho. Por outra visão, alguns que essa modalidade é limitada e fragmentada, não aprofundando o conhecimento devido a carga horária baixa do curso, conseqüentemente o estudante acaba sendo formado de forma rápida para um único ofício de baixa complexidade, onde o trabalho seria executada a partir de tarefas repetitivas. Em alguns casos os professores afirmam que é melhor trabalhar com alunos de turma subsequente, pois os mesmos já possuem maturidade intelectual.

Observamos no quadro 1 o crescimento da oferta de cursos subsequentes em detrimento dos cursos integrados no IFPA – Campus Abaetetuba. Isso vão de encontro à recomendação contida na Lei de Criação dos Institutos, onde consta que os cursos ofertados pelos institutos federais serão ofertados prioritariamente integrados e para educação de jovens e adultos, conforme lemos no item I, Art. 7º, Seção III(que trata dos objetivos do Institutos Federais) da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008: “Ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na formação de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público de educação de jovens e adultos”.

Quadro 2 Oferta de Curso por Modalidade

Modalidade/Ano	2008	2012	2018
-----------------------	-------------	-------------	-------------

Integrado	Manhã: Informática e Edificações. Tarde: Informática e Edificações.	Manhã: Informática. Tarde: Informática e Mecânica.	Manhã: Informática e Edificações. Tarde: Manutenção e Suporte, Mecânica e Meio Ambiente.
Subsequente	Manhã: Pesca e Aquicultura. Tarde: Pesca e Aquicultura. Noite: Informática e Saneamento.	Manhã: Segurança do Trabalho. Tarde: Edificações. Noite: Aquicultura e Meio Ambiente.	Manhã: Aquicultura. Tarde: Pesca. Noite: Informática, Edificações, Meio Ambiente, Segurança do Trabalho, Saneamento.

Fonte: Elaboração própria, dados secretaria acadêmica IFPA – Campus Abaetetuba. 2018.

Concluimos, no Quadro 2, que no ano de 2008 o número de turmas de curso integrados ofertados eram 04 e subsequente correspondia a 06. No ano de 2012 o número de turmas de cursos integrados ofertados eram 03 e os cursos subsequentes ofertados correspondiam a 04. Já no ano de 2018, o número de turmas de cursos integrados ofertados foram 05 e os subsequentes ofertados correspondiam a 07. Esta tabela mostra claramente uma maior oferta para turmas de cursos de modalidade subsequente. Todavia, a gestão atual afirma que tal fato ocorre, devido à demanda da comunidade local está voltada para esse tipo de modalidade.

Concomitante

O ensino concomitante é ofertado atualmente no IFPA - Campus Abaetetuba em parceria com o Programa do Governo Federal MedioTec. O qual de acordo com o Guia do Mediotec (2017) se constitui em uma ação de oferta de cursos técnicos concomitantes para alunos matriculados no ensino médio regular nas redes públicas estaduais e distritais de educação, voltada para formação profissional com produção pedagógica específica em parceria com setores produtivos, econômicos e sociais.

Para que o ensino concomitante ocorra é preciso que o estudante tenha duas matrículas e esteja presente em escolas distintas em dois turnos, manhã e tarde. Esta opção não sobrecarrega

tanto a base comum¹⁴ nem a base técnica, pois aluno não fica com excessos de horários no mesmo turno. Este ensino possibilita aulas práticas e visitas técnicas sem impactar nas disciplinas da base comum, o qual atualmente é empecilho para os professores da área técnica.

Perguntamos a alguns docentes sobre o ensino concomitante. Os Professores da área de informática que trabalham com essa modalidade mostraram bastante conhecimento sobre tal temática afirmando que “é uma modalidade de ensino em que os alunos possuem duas matrículas, faz as disciplinas da base comum em uma instituição e a parte técnica na rede federal, não há integração, é como fazer dois cursos, está mais próximo do subsequente, porém sem terminar o ensino médio.” Todavia, alguns docentes da base comum apenas falaram que é o ensino técnico e o ensino médio estudados ao mesmo tempo.

Pedagogia da Alternância

Uma política de educação profissional que observamos uma mobilização para efetivação no IFPA – Campus Abaetetuba é a praticada pelas Casas Familiares Rurais (CFRs) onde a prática da pedagogia da alternância, em que o aluno fica em regime de internato na instituição, 15 dias geralmente, depois um período em sua propriedade para praticar o que foi assimilado pela teoria. Essa adaptação está sendo proposta pelo curso Técnico em Agroecologia com previsão de oferta até 2020. Porém a gesta afirma que há uma dificuldade em oferta nessa modalidade, devido a vários fatores, como: processo diferenciado para seleção de candidatos, definição de público alvo específico, currículo diferenciado, instalação de refeitório e alojamento, etc.

No município de Abaetetuba possuímos Casa familiar Rural que tem como objetivo promover a educação de jovens, filhos de agricultores, que buscam a formação e a profissionalização mais próxima da realidade do campo. Estevam (2003) destaca a seguir o histórico e conceito da pedagogia da alternância:

A primeira experiência da Pedagogia da Alternância aconteceu na França em 1935 com a denominada Maison Familiale Rurale (MFR). As MFRs surgiram em virtude de alguns fatores que vinham ocorrendo, como o abandono do campo pelos agricultores, o êxodo rural, a crescente urbanização e o profundo desenvolvimento do capitalismo no campo, assim, os filhos dos camponeses tinham apenas duas opções, a primeira era abrir mão dos estudos e continuar trabalhando no campo e a segunda deixar o campo e ir estudar

14 A base comum é representada pelas disciplinas de geografia, história, sociologia, matemática, biologia, física, química, educação física, filosofia, artes, língua portuguesa e língua estrangeira(espanhol e inglês).

na escola pública da cidade. Os camponeses temiam que, deixando seus filhos estudar na cidade, renegaram suas raízes e abandonaram o campo. Deste modo iniciaram um movimento junto a sindicatos e à igreja buscando uma alternativa viável para o problema que estavam enfrentando. A partir da iniciativa de três agricultores e do Padre Grannereau, do povoado de Sérignac- Peboudou em Lot-et-Garone – um pequeno vilarejo da França - aconteceu a primeira experiência em alternância onde os jovens ficavam reunidos uma semana em local apropriado (casa paroquial) e três semanas na propriedade familiar.

Portanto, tal curso é uma demanda da comunidade, todavia foram apresentadas diversas dificuldades para conseguir oferta o curso devido falta de parcerias com outros órgãos, sem um alojamento e refeitório adequado para manter minimamente esse aluno durante esses 15 dias no campus.

O IFPA – Campus Abaetetuba foi inaugurado em outubro de 2008, porém em 2008 ainda era CEFET, em 29 de dezembro de 2008 através da Lei Nº 11.892 tornou-se efetivamente IFPA. Iniciou suas atividades com 05 (cinco) cursos: informática, edificações, pesca, aquicultura e saneamento. Alguns cursos foram pensados após diálogos com representante da comunidade local, visando atender as demandas da comunidade. Com isso, alguns desses cursos hoje em dia, são considerados saturados por o mercado não absorve da forma esperada pela instituição, caso dos cursos de saneamento, outros como os cursos de pesca é relatado pela comunidade ribeirinha que não atende as expectativas e sim o que melhor atende é os cursos de aquicultura. Contudo, a gestão afirmou que nesse período que estão vivendo atualmente, de reformulação do PDI 2014 – 2018 estão prevendo novos cursos e a extinção de alguns, visando atender a realidade e anseios locais.

Foram implantados cursos que talvez faltassem mais estudos para poderem ser ofertados e um planejamento melhor. Alguns cursos foram ofertados sem Projetos Pedagógicos prontos no momento em que foram iniciados. Esse fato representa um ato ilegal e ocasiona atrasos na entrega dos diplomas.

É notório que no processo de políticas públicas educacionais, quando chega até o público alvo, muita coisa acontece diferente do que foi planejado. Muitos, professores não são da região e não conhecem a realidade local, por esse motivo, em alguns casos mostram certas resistências às determinadas políticas, por razões ideológicas, políticas, culturais, enfim; ocorre uma gama de fatores de resistência.

Existem docentes que produzem os próprios materiais de aula e não utilizam parcialmente os materiais de programas educacionais. Muitos professores discordam não só do conteúdo das

matérias que não possui relação com a realidade local, bem como a metodologia de ensino proposta. Portanto, a política de expansão da educação profissional técnica e tecnológica não se restringe a construção de prédios, o corpo docente é uma peça primordial para um ensino de qualidade e que atenda a demanda da comunidade.

Entrevistas aos alunos, docentes e técnicos administrativos: Como se deu a escolha do curso técnico em pesca para compor a lista de cursos ofertados pelo Campus Abaetetuba? A maioria não soube responder a essa pergunta, pois o quadro de servidores de 2008 até 2018 foi bastante alterado, alguns afirmam que de acordo com relato de servidores antigos foi por meio de audiência pública, o qual existe uma ata de 2007 deste evento. Segue a seguir alguns relatos:

Em razão do município de Abaetetuba ser cercados por 72 ilhas e ser banhado por diversos rios (DP1).

Pela carência de teoria para profissionais que já tinha o conhecimento empírico e por acreditar em ser uma demanda da região que possui tantas comunidades ribeirinhas (DP2)

A Direção informou que foi a partir de uma assembleia que reuniu representantes da comunidade (CP)

Pelas respostas podemos concluir que o curso foi escolhido baseado na demanda da comunidade, visto que há evidências de que houve um mínimo estudo social e a realizada a de uma audiência pública.

Portanto, o curso de pesca foi criado e pensado para atender as demandas das comunidades ribeirinhas da região do Baixo Tocantins. Todavia, de acordo com relatos ainda é um curso que precisa se relacionar com a realidade local e que precisa de mudanças para realmente atender a seu papel de política pública de educação profissional.

CAPÍTULO III - O CURSO DE TÉCNICO EM PESCA DO IFPA E A ATIVIDADE PESQUEIRA NA COMUNIDADE RIBEIRINHA

Para melhor compreensão do funcionamento do Curso Técnico em Pesca - Campus Abaetetuba, procederemos a uma análise sobre o curso partindo de alguns princípios fundamentais para o desenvolvimento para uma educação de qualidade, considerando a formação que o referido curso oferta.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico do Curso Técnico em Pesca (2017, p.16):

O Técnico em Pesca estará habilitado a atuar na iniciativa privada, iniciativa pública, organizações do terceiro setor ou como empreendedor. Poderá prestar serviços de auxílio nas áreas de engenharia de pesca, engenharia de produção, biologia, oceanografia, agronomia, veterinária, zootecnia entre outros, atuando na pesquisa, produção, fiscalização, extensão, gestão e planejamento dos segmentos da tecnologia do pescado e tecnologia pesqueira. Em trabalhos correspondentes ao controle de qualidade, captura desembarque e industrialização do pescado e na gestão de entidades ligadas ao setor pesqueiro. Além de poder atuar no desenvolvimento de projetos voltado para pequenos pescadores. Este profissional também pode trabalhar de forma autônoma na criação e reprodução de organismos aquáticos além da prestação de serviço técnicos.

Nesse sentido, o Curso visa formar profissionais para atuarem no mercado de trabalho, tanto em iniciativas privadas, públicas, terceiros, empreendedor ou de forma autônoma. Com o intuito de atender às demandas relacionadas ao eixo de recursos naturais solicitadas pelo município de Abaetetuba ou por outros municípios de abrangência ribeirinhas.

Portanto, este capítulo faz uma análise mais específica do Curso Técnico em Pesca do IFPA, a partir do PPC e das falas dos sujeitos partícipes do referido curso que foram entrevistados. Alguns pontos como acesso, permanência e conclusão de estudos; relação teoria da sala de aula com a prática na comunidade ribeirinha; perfil profissional almejado; diálogo com os saberes ribeirinhos; a qualidade da educação no Curso. Pontos estes, fundamentais para a compreensão dos processos que envolvem o desenvolvimento do Curso e como os sujeitos estão percebendo a formação ofertada.

3.1 Relações do curso com a realidade local

Ao nos reportamos ao Projeto Pedagógico do Curso há uma discussão referente formação ímprobo nos Cursos de Pesca, o qual é de interdisciplinar ímpar. Requerendo competências e habilidades de áreas tão distintas como saneamento, eletrônica, navegação, industrialização de

alimentos, ecologia, limnologia, legislação, e exigem sólidas parcerias para sua realização. Ademais os pequenos pescadores têm uma cultura própria que conflita com as modernas tecnologias. O setor governamental não tem respeitado tal realidade, o que aumenta as resistências desses trabalhadores.

Os trabalhadores do setor possuem em geral baixo nível de escolaridade, não lhes permitindo assimilar tecnologias modernas, assentadas no uso de equipamentos eletrônicos, de informática e nem os processos de produção e captura orientada por conhecimentos científicos de biologia e oceanografia, entre outros. Com base nessas premissas é imperioso que as instituições interfiram positivamente nesse processo, criando mecanismos para viabilizar e fortalecer o setor aquícola e pesqueiro abaetetubense e do Estado do Pará como um todo, tornando-o mais dinâmico e competitivo. É importante tornar o processo endogeneizado onde o desenvolvimento de competências seja sempre estimulado no sentido de tornar este Estado um local com uma atividade de pesca sustentada(PPC, 2017, p.12).

As questões aqui abordadas são extensivas aos diversos municípios que compõem a região do Baixo Tocantins, onde a atividade é de grande importância tanto como produtora de alimentos como de geração de emprego e renda para as populações locais.

De acordo com Direção do IFPA- Campus Abaetetuba, o mesmo resgata a dívida da sociedade brasileira com os trabalhadores do setor ribeirinho e implanta o curso técnico subsequente em Pesca, ofertando uma formação de qualidade que venha atender aos anseios de melhoria das suas condições de vida.

A oferta do curso Técnico em Pesca Subsequente ao Ensino Médio vem responder a uma demanda verificada no mercado de trabalho da região, com a falta de profissionais habilitados para atuação na área de Recursos Naturais, uma vez que na região são poucas as Instituições de ensino que ofertam o curso.

Assim, proposta pedagógica do curso destaca sua importância, pois a oferta do Curso Técnico em Pesca, constitui-se no fator primordial de formação profissional, contribuindo para o desenvolvimento local e regional, tornando mais palpável a melhoria das condições de trabalho e acesso a novos conhecimentos e tecnologias pelos trabalhadores do setor e novos interessados, de acordo com a fala abaixo dos alunos.

AP2: O Curso contribui para que eu possa dar assessoria futuramente a Estação de Piscicultura, pois este projeto implantado na comunidade está sem o apoio dos governos municipais, estaduais e federais.

AP3: O curso contribui para mim tentar levantar a piscicultura que tinha na comunidade, que hoje não existe mais... até conversamos nós alunos para tentar retornar.

AP4: O curso contribui para que eu possa ter um emprego porque isso é o mais importante.

Logo, a partir das falas dos alunos e ao nos reportamos ao Projeto Pedagógico do Curso, há uma perspectiva de discurso sobre as efetivas ações que pressuponham a Educação ofertada pelo IFPA e pelo Curso propriamente dito. As contribuições que o Curso de Pesca pode promover, desde da geração de emprego a elaboração de projetos e o desenvolvimento local.

Ao relacionar a teoria do curso com a prática na comunidade, há indicadores divergentes como os expostos abaixo:

AP1: relacionamos o que a gente aprende com o que praticamos na comunidade como a época certa para pescar, qual o tamanho certo do peixe e do camarão, que são os mais pescados aqui na nossa região;

AP5: Não, há muita relação pois o instituto não oferece alternância do curso, para que possamos realizar visitas nas comunidades ou até mesmo uma aula prática nas comunidades.

AP3: Antes eu conseguia aplicar mais o que eu aprendia no IFPA, porque existia um tanque que tinha tambaqui e outros peixes, hoje como o governo parou de investir nos tanques só tem tilápia... só que não está tendo uma criação adequada por falta de recurso, assim atualmente eu não estou relacionando na minha comunidade o que eu aprendo no IFPA.

Constatamos a efetiva da relação teoria e prática na comunidade depende também de políticas externas ao IFPA. Logo, retomamos a importância da ação pública para manter essas políticas, como a citada acima da criação de peixes em tanques (figura 13). Assim devemos considerar que em cada setor de uma política há um mecanismo de limites baseado na ação pública. Por isso, Jones (1970) enfatiza que a política tem apenas caráter analítico, devido ser um produto do objeto do pesquisador e da ação dos atores. Logo, a existência ou não da política é um desafio para os atores.

Figura 13 Tanque de criação de peixes desativado



Fonte: Própria autora, 2018.

Após a fala dos alunos é importante esclarecer a definição de política pública vai desde a ação do Estado até o programa de ação governamental em um espaço delimitado, atendendo a demandas locais. Logo, baseado na ação pública temos a ação local do Estado legitimada pelo governo. Assim, uma política pública é construída através de um quadro normativo de ação, combinando elementos da força pública e elementos competentes para construir a ordem local.

Deste modo, uma medida isolada não constitui uma política pública, ao contrário necessita de um conjunto de medidas concretas e visíveis, com recursos financeiros, intelectual e regulador para se efetivar. Rose (1985) contribui afirmando que a política necessita de um quadro geral de ação, voltada para um conjunto de objetivos definidos baseados na combinação de leis específica e de pessoas a realizar as ações.

Com isso, para uma política pública ser legitimada precisa de um quadro geral de ações que funcione para atingir objetivos construídos pela troca entre atores públicos e privados. Assim,

a política governamental se define pelos fins a serem atingidos que serão explícitos na lei, o qual detalha os objetivos do governo no setor em questão. Logo, esses objetivos devem ser definidos baseados nas pesquisas da ação pública.

Assim, para efetividade e a manutenção de uma política pública depende da atuação dos atores em cobrar do governo. Logo, a figura 13 e 14 apresentam o descaso do poder pública com a política pública e nessa comunidade luta-se para a política seja retomada.

Figura 14 Laboratório de Pesca desativado



Fonte: Própria autora, 2018.

As políticas públicas constituem assim elementos de um processo mais global que corresponde a uma combinação de regulação política e legitimação na sociedade; não pode reduzir-se a um conjunto de estratégias organizacionais; é preciso compreender que as políticas

públicas são um elemento de participação política, que completa às dinâmicas atores e processos de interações, formação e evolução.

Portanto, percebemos a vontade da comunidade em manter a política porém sem recurso do governo, situação evidente acima na fala da aluna 3 acima.

De acordo com os alguns docentes do IFPA, os mesmos estão contribuiu para que os alunos sejam atores para efetivação das políticas públicas em suas comunidades e na sociedade de modo geral. De acordo com as falas a seguir:

DP1: Nós estamos formando os alunos para serem líderes de grandes embarcações e líderes de comunidades ribeirinhas, para elaborarem projetos e coordenarem, para assim promover um desenvolvimento local e sustentável.

DP3: Estamos formando alunos para serem atores ativos no ramos da pesca, elaborarem projetos, acompanharem ação relacionada ao manuseio do pescado e comercialização também.

De acordo com este docente, percebemos que o Instituto se atentar a promover o desenvolvimento local de forma sustentável, porém ao falar sobre grandes embarcações constatamos a distorção com a realidade que os alunos vivem atualmente.

Com isso, para uma melhor compreensão da realidade da pesca na região do Baixo Tocantins é importante destacarmos algumas características peculiares. De acordo com Diegues (1996) entende que as populações tradicionais possuem um modo de vida específico, uma relação única e profunda com a natureza e seus ciclos, uma estrutura de produção baseada no trabalho da própria população, com utilização de técnicas prioritariamente baseadas na disponibilidade dos recursos naturais existentes dentro de fronteiras geralmente bem definidas, adequando-se ao que a natureza tem a oferecer, e também manejando quando necessário. Em tais populações, ocorre uma constante transmissão de conhecimentos através das gerações como forma de perpetuar a identidade do grupo.

Ao nos reportamos ao conceito população ribeirinha, o mesmo está atrelado ao conceito de população tradicional, o qual é um conceito bastante discutido entre os pesquisadores, não existindo definição universalmente aceita. Entretanto, vem sendo amplamente empregado como autodenominação de populações rurais quando na exigência de seus direitos a território e políticas públicas que atendam as suas especificidades e respeitem seus conhecimentos, sua cultura e suas práticas (COLCHESTER, 2000; CASTRO, 2000).

No entanto, o termo “ribeirinho” de acordo com GALVÃO (1951), WAGLEY (1952) e STERNBERG (1956) uns dos primeiros estudiosos sobre caboclos-ribeirinho no anos cinquenta, refere-se àquele que anda pelos rios. Assim, o rio é base de sobrevivência, fonte de alimento e via de transporte dos mesmos.

Contudo, a ideia de comunidade de acordo com LEROY (1999) é associada a configuração espacial física, por exemplo, a localidade que estamos realizando a pesquisa é denominada Comunidade Sagrado Coração de Jesus, a mesma é uma comunidade ribeirinha, pois está à margem dos rios na Ilha Genipaúba.

Por fim, cabe destacar a lei LEI Nº 11.959, DE 29 DE JUNHO DE 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. A mesma, destaca características relevantes da pesca quanto a definições, conceitos, a natureza da pesca, embarcações, acesso aos recursos pesqueiros, estímulo à atividade pesqueira, entre outros.

É importante salientar que uma das características atual dos ribeirinhos presentes na comunidade estudada continua sendo a pesca artesanal (foto) em vez da pesca industrial¹⁵. Todavia, pela análise feita das falas dos alunos e docentes e corroborado pelo diagnóstico realizado pelo Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura - Sepaq (PARÁ, 2008), essa atividade ainda é carente de formação e de ações governamentais. Haja vista a deficiência de infraestrutura e logística de recepção, beneficiamento, congelamento, estocagem, comercialização presente na maioria dos municípios.

15 Lei Nº 11.959, DE 29 DE JUNHO DE 2009. Art. 8º Pesca, classifica-se como:

I – comercial:

a) artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte;

b) industrial: quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial;

Figura 15 Pesca artesanal



Fonte: Joanelo Silva, 2018.

O Curso de Pesca deveria ser uma política de educação profissional que auxiliaria o pescador a possuir formação técnica necessária para o fortalecimento da categoria da pesca artesanal, por ser o tipo de pesca que se aproxima da realidade local. Todavia, de acordo com reivindicações realizadas pelo o presidente da Central de Entidades do Setor Pesqueiro (Cespapa), Carlos Amaral, na Sessão Especial na Câmara dos Vereadores em Belém do dia 27/09/2017, afirma que:

O setor pesqueiro vive um momento de caos, inconcebível para um estado como o Pará que aparece como o segundo maior produtor de peixe do Brasil, mas seguramente é o primeiro em pesca artesanal. Queremos sair da inércia em que se encontra o segmento. Queremos que a pesca seja reconhecida como agronegócio, o que hoje não acontece. Queremos uma legislação federal específica para o pescador artesanal.

Posteriormente a essa reivindicação ocorreu no dia 13 de dezembro de 2017 o I Seminário de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura do Estado do Pará, no Hangar Convenções e Feiras da Amazônia, em Belém. O qual afirmou Márcio Miranda, deputado e presidente da Alepa: “Precisamos conhecer o nosso potencial, tentar identificar quais são os nossos gargalos, procurar descobrir qual o melhor caminho para avançar nesta produção e conhecer o que produzimos”.

Portanto, a partir dos destaques acima constatamos que o IFPA precisa se aproximar da realidade local para realmente atender o que propõem os documentos institucionais e atender aos anseios da população ribeirinha. Pois, para alguns alunos o curso não atendeu de forma satisfatória a necessidade das comunidades tradicionais, porém os alunos que atualmente estudam no instituto apresentaram que a Política Educacional destacada PPC está parcialmente atendendo as necessidades da população ribeirinha.

Então é momento de refletir e analisar a política ofertada para essa população, para criar mecanismos e metodologias didáticas que se aproximem da realidade dos alunos de comunidades ribeirinhas para que possam ser transformadores da realidade atual da pesca artesanal, que clama por reconhecimento.

Por fim, a seguir apresentar a análise das falas dos atores entrevistados, fazendo um diálogo entre o saber tradicional do ribeirinho com saber técnico científico do IFPA.

3.2 Possibilidades de diálogos entre os conhecimentos científicos do curso e os conhecimentos tradicionais

Reconhecemos que os saberes das comunidades tradicionais e da população ribeirinha têm sido cada vez mais valorizados, por serem fundamentais no conhecimento das potencialidades da flora e para manutenção da biodiversidade dos ecossistemas. Dessa forma, assegurar este saber é função primordial de cada ser humano, com isso vamos analisar se o Curso de Pesca através dos conhecimentos técnico-científica apresentados pelas disciplinas apresenta diálogo os saberes tradicionais dos pescadores.

O modo de vida de uma comunidade e conhecimento relativo ao ambiente que ela vive são fatores que estão sendo cada vez mais estudados nas universidades e institutos de pesquisa, uma vez que partindo desse conhecimento constrói-se base para toda e qualquer outra ciência. Hoje, a preocupação quanto ao uso sustentável dos recursos naturais está gerando a necessidade

de trabalhos junto aos “povos tradicionais”, já que estes possuem um conhecimento que lhes garante até hoje a reprodução de seu sistema social e cultural.

Não obstante, a manutenção desse conhecimento garantirá melhores condições de vida a todas as sociedades associadas ou não àquela. Logo, cabe a IFPA garantir o fortalecimento desses saberes, porém está ocorrendo isso? se sim como?

De acordo com a Coordenação do Curso:

O Curso de Pesca oferta no início do curso a disciplina introdução a pesca e aquicultura possui um ponto que trata sobre a pesca artesanal para iniciarmos dialogando sobre o saber que ele já possui sobre a pesca, também finalizamos o curso com uma disciplina que relaciona aos saberes tradicionais, a disciplina tecnologia Pesqueira, outra disciplina para garantir a relação com o saber ribeirinho.

Assim, ocorre a formação para a convivência em comunidades que praticam a pesca artesanal. Sendo esses alunos, após a formação, os responsáveis por monitorar e estabelecer normas mais adequadas que envolve o uso comum dos recursos naturais pesqueiros. As ações desenvolvidas pela comunidade estudada assemelha-se a gestão compartilhada baseada nos sete principais destacado por Bentes (2014) et al Ostrom (1990), p.169:

- 1) Definição dos limites territoriais;
- 2) Coerência entre as regras e as condições locais;
- 3) Flexibilidade das regras;
- 4) Reconhecimento do direito de organização pelas autoridades governamentais externas;
- 5) Monitoramento do comportamento dos usuários dos recursos;
- 6) Sistema de sanções;
- 7) Mecanismos para resolução de conflitos.

De acordo com o PPC de Pesca (2017) outra disciplina como Extensão Pesqueira destaca a importância das políticas públicas para o desenvolvimento da pesca e aquicultura: reformas agrárias, associativismo, crédito, comercialização e assistência técnica, gênero, jovens e adultos. Também apresenta a importância da formação de lideranças que organizem as comunidades ribeirinhas através da gestão compartilhada que é importante para a superação das dificuldades que os pescadores artesanais vêm enfrentando há cerca de décadas. Logo, fomentando o fortalecimento da Gestão compartilhada, de acordo com OLIVEIRA (2011) é uma das alternativas para resolver os problemas da atividade pesqueira, aproveitando a experiência dos membros das comunidades locais no processo político. É um instrumento de gestão, em que governo e usuários dos recursos dividem as responsabilidades pelo seu manejo.

A disciplina citada acima apresenta aos alunos experiências sobre o desenvolvimento local no Brasil e no mundo. Todavia, de acordo com os egressos entrevistados as experiências apresentadas estavam distantes da realidade local, eram relatos de políticas de caráter macro. No

entanto, os alunos da turma de 2017 que foram entrevistados afirmaram que o docente que ministrou a disciplina conseguiu trazer para a realidade dos mesmos essas experiências. Então, percebemos um avanço no diálogo com os saberes dos ribeirinhos.

Todavia, 05 alunos, da Comunidade da Ilha do Genipaúba, do Curso de Pesca do ano de 2017 que foram entrevistados perceberem diálogo do conhecimento técnico-científico do IFPA com os saberes tradicionais precisa se aproximarem. Pois, afirmam que os docentes usam muitos termos técnicos, e devido a maioria docentes não serem da região do Baixo Tocantins, os mesmos acabam não conhecem a nomenclatura usada pelos ribeirinhos por esse motivo acreditam que dificulta a esse diálogo com os saberes tradicionais.

Os alunos afirmam que os docentes não valorizam a formação para a pesca artesanal por ser um segmento que existe o predomínio da informalidade. Com isso, o docente afirma:

Valorizamos os saberes dos ribeirinhos porém temos que apresentar os termos técnicos e outras técnicas relacionada a pesca, a pesca artesanal deve ser apresentada, porém nós formamos mais para pesca industrial, para eles elaborarem projetos para suas comunidades ou até se tornarem empreendedores (DP2).

Assim, ao nos reportamos ao PPC de Pesca constatamos a pouca relação com a pesca artesanal, a qual é predominante no setor pesqueiro do município de Abaetetuba. Por esse motivo, que todos alunos afirmaram não perceber um diálogo efetivo do IFPA com o tipo de pesca que predomina no município de Abaetetuba.

Uma sugestão feita pelo AP2 seria ofertar o curso na modalidade de alternância, pois deste modo o IFPA conseguiria garantir a relação mais efetiva com o saber local, criando metodologias para relacionar o saber tradicional com saber técnico científico.

Retomando a perfil do egresso do Curso de Pesca de acordo com o PPC. O qual, o mesmo poderá prestar serviços de auxílio nas áreas de engenharia de pesca, engenharia de produção, biologia, oceanografia, agronomia, veterinária, zootecnia entre outros, atuando na pesquisa, produção, fiscalização, extensão, gestão e planejamento dos segmentos da tecnologia do pescado e tecnologia pesqueira. Um dos pontos destacado pelos docentes é fazer com os alunos utilizem a saber da realidade local para conseguir recursos de políticas públicas voltadas a realidade dos ribeirinhos.

Com isso, destacamos as principais políticas públicas, voltadas para pesca artesanal são o Seguro Desemprego e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O Pronaf é uma política pública para os agricultores familiares, pescadores artesanais e

aquicultores bem como suas organizações, cuja finalidade é financiar ações de infraestrutura, produção e capacitação dos pescadores artesanais.

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2013, p. 1), o Seguro Desemprego

é uma assistência financeira temporária concedida ao pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de parceiros, que teve suas atividades paralisadas no período de defeso.

O defeso está regulamentado pela Portaria nº. 46, de 27 de outubro de 2005, que permite a pesca, utilizando apenas anzol com linha de mão ou vara, caniço simples, com iscas naturais ou artificiais (BRASIL, 2005). É considerado como uma das regulamentações mais eficientes para evitar a extinção dos estoques pesqueiros, pois sua finalidade é coibir a pesca predatória. Consiste na ação de proteção às espécies de peixes, por meio da fiscalização da pesca no período em que acontece a piracema.

Para ter acesso ao Seguro Desemprego, o pescador deverá comprovar que exerceu a atividade em caráter ininterrupto entre a paralisação anterior (defeso) é aquela em curso, de acordo com a Lei nº 8.287, de 20 de dezembro de 1991; e para ter acesso às linhas de crédito do Pronaf, ele deverá comprovar que 80% da renda familiar provem da pesca, de acordo com o Decreto-lei nº 1.946/1996.

De acordo com a Instrução Normativa Nº 46/2005, o período de defeso do estado do Pará vai de 1 de novembro a 28 de fevereiro de cada ano. A quantidade máxima de captura, por pescador, é de cinco quilos mais um exemplar, para subsistência, respeitados os tamanhos mínimos de captura estabelecidos em legislação vigente. O Seguro Defeso é pago ao pescador que exerce a atividade de forma artesanal, dentro do que estabelece a Lei 10.779, de 25 de novembro de 2003.

De acordo com as falas dos 05 alunos o curso possui: “uma parte teórica muito boa, em relação às legislações de pesca e aquicultura” (AP 2), “uma boa base de formação inicial nas disciplinas de português instrumental, estatística pesqueira, que são as disciplinas que os alunos já vem com dificuldades de escolas anteriores”(AP 3). Também, uma disciplina bastante elogiada e de acordo com AP 1, AP 4 e AP 5 é a de Empreendedorismo no Agronegócio, a qual eles percebiam a relação do curso de pesca com o mundo do trabalho proporcionou planejamentos para o futuro de seguir na profissão como técnico em pesca.

No entanto, os 05 alunos entrevistados declararam que algumas disciplinas de grau técnico foi difícil a compreensão principalmente porque falta mais aulas prática no curso. Assim, compreendemos uma limitação apresentada pelos alunos entrevistados, que é a falta de atividades práticas e visitas técnicas, o que compromete a assimilação dos conteúdos das disciplinas consideradas de caráter mais prático.

Assim, no decorrer do trabalho de campo nos deparamos com características locais relevantes que mostram as reais demandas da comunidade. Tal fato está ligado com as características peculiares espaciais de território e lugar da comunidade.

Com isso, Haesbaert (2004) destaca que o termo território está associado a duas origens, ambas latinas: a primeira significa “terra pertencente a” – terri (terra) e torium (percece a); a segunda terreo-territor (aterrorizar-aquele que aterroriza), designa a concepção de política de quem aterroriza para dominar o espaço. Assim, ambos os conceitos estão relacionados com o senso comum e a ciência, associados às relações de poder.

O conceito de território está sendo usado constantemente pelas diferentes políticas públicas. Resgatando assim, a dimensão política do espaço, porém gerando ambiguidade conceitual quanto a sua empregabilidade. (ROCHA e PAULA, 2007). É nessa perspectiva que a dimensão integradora sobre território defendida por Haesbaert (2004), relacionando-o às diferentes dimensões sociais (da sociedade com a própria natureza), dentro de uma ideia em que o espaço não pode ser considerado nem estritamente natural, nem apenas político, econômico ou cultural.

Colaborando com o conceito de território, Santos (2006) apresenta contrapontos entre território e lugar, em que lugar é um território com vida e identidade, e que um território pode conter em vários ou nenhum lugar. Além do que, território liga-se com o poder, enquanto lugar com a cultura. Outra diferença é o lugar é identificado, enquanto o território é delimitado.

Novamente Haesbaert (2004) apresenta quatro representações sobre território a partir de uma visão “tradicional”: caráter político (relação espaço-poder), cultural ou simbólico cultura (o território como pertencimento, de valorização simbólica de um determinado grupo em relação ao espaço onde vivem), econômica (incorporado ao debate de classes/grupos sociais) e a naturalista (relação sociais e natural, relação homem e natureza de forma que um interfere no outro).

Complementam Santos (1999) em que o território é espaço de expressão de poder, tanto de caráter público, quanto privado e ainda da dimensão governamental e não governamental.

Manifesta-se o poder através do Estado, representados por instituições, a política, empresas, associações comunitárias, dentre outros.

Deste modo, trabalhar com o conceito de território trouxe base para definir as características da política pública no espaço estudado. Assim, analisamos que a comunidade do Sagrado Coração de Jesus possui uma representação territorial de caráter cultural ou simbólico cultural, onde habitam no lugar povos considerados tradicionais, o qual os mesmos possuem coordenadores comunitários que regulamentam a distribuição do território e legitimam as políticas públicas existentes na comunidade.

Com isso, foi destacado pelos alunos entrevistados e pela Coordenação da comunidade do Sagrado Coração de Jesus está localizada a margem do Rio Genipaúba, porém a comunidade localiza-se em terra firme. Logo, sugeriram a criação de curso voltados para a agricultura, pois consideram que a pesca está cada dia mais difícil de mantê-la como fonte de renda, devido a poluição dos rios.

Outra demanda apresentada pela comunidade, seria a oferta do curso de aquicultura na forma de alternância. A qual iria atender a necessidade de formação para dar continuidade a política existente na comunidade (foto da política) de criação de peixes em tanques para a comercialização. Também, destacaram que associado a esses cursos, deve-se manter a formação sobre empreendedorismo, para trazer especialidades da forma correta de comercializar os produtos.

Figura 16 Tanque de criação de peixes



Fonte: Própria autora, 2018.

Portanto, foram destacadas a diversas formas de relação da teoria com a prática na comunidade e alguns casos essa relação não chega ao êxito. Destacou-se o direcionamento dos docentes para uma abordagem da pesca industrial ocorrendo a complementação dos saberes. Assim, em seguida foram destacadas as demandas da comunidade, que de acordo com a realidade territorial, há necessidade de oferta mais para aquicultura ou agropecuária do que para a pesca.

3.3 Avaliações do curso de pesca a partir dos resultados observados

A missão dos Institutos Federais do Pará de acordo com PDI 2014-2018 é promover educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidade de ensino, pesquisa, extensão e inovação para o desenvolvimento sustentável e democrático, valorizando os arranjos produtivos locais e integração dos saberes. Esta missão é pautada nos valores da formação cidadã, ética e transparência, inclusão e integração da diversidade, inovação científica e tecnológica, excelência na gestão pública e educacional, compromisso com desenvolvimento local e regional e desenvolvimento sustentável.

Portanto, esta é a bandeira da política educacional do IFPA. Logo, necessitou-se baseado nos relatos dos entrevistados avaliar se a essa política de fato estava atingindo seus resultados. Mais especificamente se o curso de pesca está conseguindo relacionar-se com as comunidades às quais deveria estar atingindo com sua política educacional profissionalizante.

O IFPA já é referência em educação profissional, mas precisa de mais cursos voltados para agricultura familiar ou aquicultura como criação de peixes em tanques para darmos continuidade a um projeto nosso já existente, precisa incentivar mais a qualificação dos jovens valorizando os saberes dos ribeirinhos criando curso com alternância e voltados para agricultura familiar, porque hoje em dia diminuiu bastante o número de pescadores. (CC1).

De acordo com os Coordenadores da Comunidade o IFPA realmente é uma referência em relação à política de educação profissional Brasileira. Todavia, para os mesmos o Curso de Pesca não é o que melhor atende aos anseios da comunidade, tendo em vista que há um número reduzido de pescadores devido a escassez do pescado acarretada pela diversas forma de contaminação dos rios. Assim, os Coordenadores da comunidade afirmam que por isso a maioria dos membros da comunidade busca a agricultura familiar como fonte de renda.

Os familiares dos alunos afirmaram que antes utilizavam a água do rio até para o próprio consumo. Porém, eles afirmam que em consequência dos diversos tipos de contaminação e poluição acarretados pelas diversas empresa da região, atualmente as águas se tornaram escuras e de má qualidade que até para lavar roupa não é boa. A poluição da água está evidente na fala de um pai de aluno:

Antigamente usava a água do rio até para beber, hoje em dia não dá para lavar roupa nem louça porque a água não é boa, então assim ficou mais difícil sobreviver da pesca porque os peixes estão desaparecendo, alguns peixes que tinham antes hoje não tem mais, então melhor a gente plantar ou criar peixes em tanques para assim a gente garantir uma fonte de renda, então não vejo meu filho se forma nesse curso para fazer alguma

coisa pela nossa comunidade, porque ele diz que precisa buscar emprego fora porque aqui não tem. (FAMILIAR DO AP 1)

Outros familiares afirmaram que acreditam no IFPA enquanto instituição, todavia ao analisarem a oferta do curso de pesca destacam que ocorreram várias mudanças na sociedade e isso fez eles se adaptarem a natureza e a exigência do mercado para poderem garantir seu sustento. Hoje em dia, na Comunidade Sagrado Coração de Jesus, o anseio destacado pela maioria dos familiares entrevistados é curso para formar os jovens a promover o desenvolvimento da comunidade em que ele vive e acreditam que um curso de aquicultura ou agricultura familiar seria o ideal para a realidade em que a comunidade vive atualmente.

Após o destaque acima de alguns pontos sobre avaliação do curso de pesca com os familiares dos alunos do curso de pesca da comunidade ribeirinha estudada e os coordenadores da mesma. Passamos a alguns destaques da avaliação feitas com alunos do curso pesquisado.

Perguntamos aos alunos da turma subsequente de 2017, como você percebe a relação teoria e prática no curso técnico em pesca? 85% respondeu que deveria ter mais aulas práticas e visitas técnicas, 80% disseram que há poucas aulas práticas, 15% disse que está sendo bem aplicada, 5% disse que às vezes a teoria não está relacionada com a prática e 15% responderam que a teoria é boa. Esses dados confirmam mais uma vez que o contexto das aulas práticas precisam melhorar e que isso só pode ser obtido quando houver condições específicas para que o curso técnico em pesca possa ser referência em ensino pesqueiro na região, o qual é rodeada por rios e ilhas.

A seguir destacamos algumas falas individuais de alunos a respeito da pergunta acima:

Não há relação, pois o instituto não oferece a alternância do curso, para que possamos realizar visitas nas comunidades ou até mesmo uma aula prática nas comunidades. (AP1)

Há relação quando vamos para laboratório, lugar onde conheci qual o tamanho certo do peixe e do camarão e qual o momento certo para pesca eles. (AP2)

A relação é um pouco diferente do que vemos em sala de aula, a parte de aquicultura ainda não conseguiu entender na prática. (AP4)

Analisando o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Pesca na modalidade subsequente ao ensino médio, nos deparamos com o seguinte texto contido na introdução:

Abaetetuba é uma região composta por diversas ilhas e que possui como característica um elevado consumo de carne de pescado, visto que se faz necessário a qualificação do alunado com intuito de incentivar e prestar orientações técnicas na produção, em especial pelas comunidades ribeirinhas, visando uma produção sustentável e de forma

ecologicamente correta, além de contribuir para o adequado manejo, armazenamento, conservação e comercialização do pescado local e oriundo de outras regiões que são comercializados no mercado de peixe local e em outros pontos de comercialização da região. (PPC Técnico em Pesca, 2017)

Pelo exposto no Projeto Pedagógico, percebemos a necessidade de qualificação dos ribeirinhos, tendo como objetivo promover uma produção sustentável e de forma ecologicamente correta, favorecendo o desenvolvimento local. Atualmente, ainda verificamos a pouca relação do instituto com as comunidades ribeirinhas fato que gera a pouca procura pelo curso técnico em pesca.

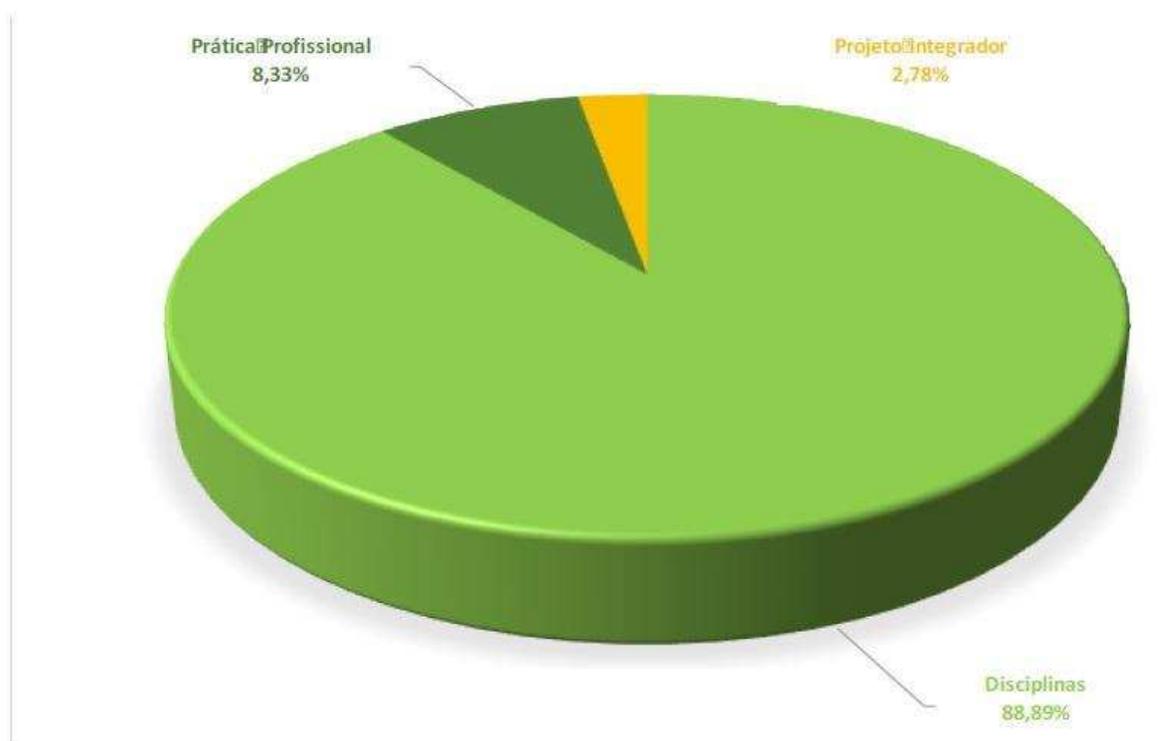
Todavia, PPC de Pesca (2017, p. 15) destaca “o currículo fundamentado nas características da formação do profissional, com a correspondente atribuições do título, nas atividades e competências para o exercício profissional, nos arranjos produtivos locais e regionais e no compromisso social”. Logo, apresentando uma política comprometida com o local, porém que não atinge de forma efetivas os moradores de comunidades ribeirinhas.

Contudo, PPC de Pesca (2017, p. 16) no item sobre o Perfil do egresso, destaca-se, “como forma de se atingir esse público torna-se importante realizar uma divulgação dirigida às escolas de ensino médio colônias de pescadores, associações, cooperativas, entre outros”. Fato que não ocorre em anos anteriores em todas essas esferas, daí concluímos a baixa procura pelo curso pela falta de divulgação.

Neste PPC de Pesca percebemos mudanças na formação do técnico egresso de pesca, que apresente uma forma integrada, pautada no comportamento ético e humano, capacidades técnicas para diagnostica e propor soluções de problemas, sólida formação técnica, política e humanística, ser capaz de fazer uma leitura crítica da realidade, comprometer com a funcionalidade da sociedade e conhecer e propor aspectos operacionais práticos e de legislações necessárias a sua atuação.

No que concerne às atividades práticas do curso técnico em pesca, duas questões nos chama a atenção no projeto pedagógico analisado. A primeira diz respeito à disciplina prática e a segunda é referente ao projeto integrador, neste contexto apresentamos a figura a seguiu:

Figura 17 Representação gráfica do perfil de formação profissional e distribuição percentual da carga horária total do Curso Técnico em pesca



Fonte: PPC de Pesca 2017

Na distribuição da carga horária do curso percebemos a discrepância entre teoria e prática, o projeto integrador também apresenta uma carga horária mínima, sendo que o mesmo é relevante para trabalhar a integração das disciplinas atreladas a realidade social dos alunos. Consequentemente esses fatos corroboram para confirmar as citações apresentadas anteriormente pelos alunos, como sendo um fator da evasão.

Enfim, o que observamos, tanto no PDI, quanto no Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Pesca é que ainda existe um desencontro das ideias propostas nesses documentos com as ações realmente efetivadas no curso técnico em pesca. Documentos esses que, aparentemente, foram produzidos apressadamente, em virtude de que fosse cumprido o plano de expansão da rede federal de educação profissional. A realidade, no entanto, nos mostra que o texto oficial tornou-se vazio, idealista sem concretude do que foi planejado. Todavia, o PDI 2019 – 2023 que está em construção atualmente está levando em consideração as falhas presentes nos documentos anteriores para realizar possíveis correções.

O regulamento didático-pedagógico do ensino do IFPA em seu artigo 4º, inciso II menciona o seguinte objetivo do ensino: “Estimular o desenvolvimento de atividades interdisciplinares e de projetos integradores”. Mais uma vez temos a ênfase dada nos documentos oficiais do IFPA relacionadas a questão de trabalho, em conjunto dos docentes e a importância do projeto integrador como forma do aluno pesquisar e experienciar o conhecimento de forma prática. No entanto, salientamos que esse planejamento caminha a passos curtos e ainda não foi efetivado de acordo com o planejado nos documentos oficiais.

A avaliação e a reorientação são fases importantes do ciclo das políticas públicas que devem ser consideradas. Sob pena de continuar com os descompassos citados acima. Uma vez que a política de educação profissional seja avaliada e reorientada, deve ser implementada segundo um modelo participativo, que possa dar oportunidade aos diferentes atores sociais de manifesta seus interesses que a educação profissional seja desenvolvida com base nas necessidades da formação humana de forma integral, contemplando o mercado de trabalho como uma parte e não representando o todo.

Atualmente o Curso de Pesca está caminhando a passos curtos para atender as demandas das comunidades tradicionais, percebemos no decorrer do estudo que vários avanços foram identificados, tanto no âmbito da sala de aula quanto em atividades práticas. Porém, ainda é pouco perto do que está descrito no PDI e no PPC de Pesca.

Sugerimos para os próximos anos que o Campus Abaetetuba juntamente com a Reitoria do IFPA implementação das novas políticas de ensino e o fortalecimento das já implementadas, frente à atual conjuntura político-econômica marcada por tantos retrocessos e tantas incertezas no Brasil. Que sejam legitimadas políticas mais do que para atender à legislação educacional, as políticas de ensino institucionais têm o papel de fortalecer os Institutos Federais e afirmar sua posição frente a esse cenário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com tudo, partindo do objetivo geral da pesquisa que foi analisar a implantação da política de educação profissional no IFPA-*Campus* de Abaetetuba e as contribuições na comunidade ribeirinha do Rio Genipaua para constatar de que forma as políticas educacionais estão cumprindo seu propósito de formação profissional que atendam as demandas locais.

E os objetivos específicos que foi mostrando alguns conceitos relevantes para pesquisa juntamente com a trajetória histórica da implantação da política de educação profissional até chegar em 2008 com a criação do IFPA – *Campus* Abaetetuba. Em seguida explicamos como se deu o processo de efetivação da educação profissional de nível técnico na Região do baixo Tocantins, bem como o processo de implementação do curso técnico em pesca no IFPA – *Campus* Abaetetuba para identificar como a política de educação profissional foi efetivada, os critérios de sua escolha e suas consequências. E por fim, identificamos se está havendo uma possibilidade de diálogo entre os saberes dos ribeirinhos e os conhecimentos técnico-científicos proporcionados pela formação profissional do IFPA.

Constamos que o Curso em Pesca foi ofertado a partir de uma demanda prevista em Assembleia Pública. Logo foi ofertado na modalidade subsequente pela a região apresentar uma carência de formação técnica. Todavia, A identidade do curso técnico em Pesca aponta atualmente para atender principalmente a demandas da pesca industrial em detrimento da pesca artesanal (favorecendo o microempreendedor), a qual é a realidade da região. A formação pedagógica do professor deve ser ressaltada, pois muitos deles vieram de outros municípios e não conhecem a realidade local, são de áreas técnicas e não possuem compreensão das concepções teorias, filosóficas e metodológicas da educação profissional. Portanto, percebemos que apesar de ser uma política proposta de baixo pra cima, ainda não atende a necessidade da região, apresentadas características que o curso deve sofrer reformulações e atualizações para atender de fato a demanda da região. Logo, o curso que melhor atenderia a comunidade seria relacionado a aquicultura ou agricultura familiar.

Porém, acreditamos que através de uma adaptação do curso de pesca com realidade local seria possível ocorrer o fortalecimento da categoria dos pescadores promovendo o desenvolvimento local e sustentável.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Robert de. **Sobre políticas de governo e políticas de estado: distinções necessárias**. 2016. Disponível em: < <https://www.institutomillennium.org.br/artigos/sobre-politicas-de-governo-e-politicas-de-estado-distincoes-necessarias/>> Acessado em: 28/08/2018.

BASTOS, Péricles Antônio Barra. **A Escola Técnica Federal do Pará e o Desenvolvimento do Ensino Industrial, 1909/87**: um estudo histórico. Belém: Gráfica Santo Antônio, 1988.

BRASIL. Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, **cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**, e dá outras providências. Brasília, 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução Nº 06, de 20 de setembro de 2012. Define **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 27/05/2018.

BRASIL, Ministério da Educação. **Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico**. Brasília. 2000. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/introduc.pdf>> Acesso em: 27/05/2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior. AliceWeb. **Sistema de Análise das Informações de Comércio exterior**. Disponível em: <<http://aliceweb2.mdic.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). **Guia MedioTec**. Brasília. 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/maio-2017-pdf/64871-guia-meiotec-2017-pdf/file> Acesso em: 28/09/2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa nº 46, de 27 de outubro de 2005. Diário Oficial da União. Gabinete da Ministra. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/9/docs/in_ibama_46-05.pdf> Acesso em: 10 mar. 2013.

BRYAN, N. A. P. **Educação, processo de trabalho, desenvolvimento econômico: contribuições ao estudo das origens da formação profissional no Brasil.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2008. 170p.

BOBBIO, Norberto. Trad. Marco Aurélio. **Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da Política.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BUCCI, Maria Paula Dollari. **Direito administrativo e políticas públicas.** São Paulo: Saraiva, 2002.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** Portugal: Porto editora, 1994.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro.** Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2006.

CARVALHO, R. de Q. Capacitação tecnológica, revalorização do trabalho e educação. In: FERRETI, C. J. et al I. **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar.** Petrópolis, RJ, Vozes, 1992, p. 93-127.

CHAVES, Maria P. S. R. **Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá.** Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. 2001.

CHEVALLIER, Jean Jacques. **As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias.** 8. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1999.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: **Ensino médio integrado: concepção e contradições.** 159 FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). 3 ed. São Paulo: Cortez, 2012. 175p.

COMPARATO, Fábio Konder. **Ética: direito, moral e religião no mundo moderno.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.p. 241.

DEITOS, R. A. **O capital financeiro e a educação no Brasil.** Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, SP. 2005. 357p.

DURIGUETTO, M. L. **Sociedade civil e democracia: um debate necessário.** São Paulo: Cortez, 2007.

ESTEVAM, D. O. **Casa Familiar Rural: a formação com base na Pedagogia da Alternância.** Florianópolis: Insular, 2003.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa.** 2ª edição. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1986. p. 1-706.

FRIGOTTO, G. Educação, Crise do Trabalho Assalariado e do Desenvolvimento: Teorias em Conflito. In: **Educação e Crise do Trabalho**: perspectivas de final de século. 10ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 230p.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A gênese do Decreto nº 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: **Ensino Médio Integrado**: Concepções e Contradições. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2012. 175p.

GADOTTI, M. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2012. 207p.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e Educação: manual do usuário. In: SILVA, Tomaz Tadeu; GENTILI, Pablo. (Orgs.) **Escola S. A.**: quem ganha e quem perde no mercado educacional brasileiro. Brasília: CNTE, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GRAMSCI, Antônio. **Caderno do cárcere**. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Vol 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HABERMAS, J. **Discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: D. Quixote, 1986.

HAESBAERT, Rogério: **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

_____. Definindo território: para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha (Orgs). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3a. ed. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2007. p 43-71.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9ª Edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HAYEK, Friedrich A. The Road to Serfdom. O Caminho da Servidão. Editora: Routledge Press. University of Chicago Press. 1944. Traduzido por: Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro para o Instituto Liberal. 1945.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**. 2015.

IBGE. **Cidades**. Disponível em: <
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/abaetetuba/historico>>Acessado em: 01 dez 2017.

IBGE. **Cidades.** Disponível em: <
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/abaetetuba/panorama>>Acessado em: 01 dez 2017.

JAPIASSÚ, H. **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber.** Rio de Janeiro, Ed. Imago, 1976.

JORGE, Vladimir Lombardo. John Lock: lei e propriedade. In: FERREIRA, Lier Pires; GUANABARA, Ricardo; JORGE, Vladimir Lombardo(orgs.). **Curso de ciências políticas.** Rio de Janeiro: Elsevier. 2009.

JONES, C. **Introdução ao estudo do público política.** Belmont, CA :. Wadsworth, 1970.

JURACY, C. (Org.) **Institutos Federais Lei 11.892, de 29/11/2008:** comentários e reflexões. Editora IFRN, Natal - RN, 2009. 70p.

KEYNES, John Maynard. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda** (General theory of employment, interest and money). Tradução por: CRUZ, Mário Ribeiro da. São Paulo: Editora Atlas, 1992. ISBN 978-85-224-1457-4.

KUENZER, A. Z. **Ensino Médio e Profissional:** as políticas do Estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 1997.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5°. Ed. São Paulo : Atlas. 2003.

MACHADO, Jorge (org.). **O município de Abaetetuba: geografia, física e dados estatísticos.** Abaetetuba-PA, 2001. Material não publicado.

MANDEL, E. *Le capitalisme. Enciclopédia Universalis.* Tradução por: Eduardo Velinho. 1981.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002. 319p

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe.* Tradução por: Antonio Cauccio Caporale, L&PM Pocket:Porto Alegre, 2011.p80.

MARX, Karl. **O Capital.** São Paulo: Edipro, 2010.

MICHELS, Walter Benn. *The Gold Standard and the Logic of Naturalism.* University of California. Tradução por: Juliany Serra Miranda. Press: Berkeley, 1987.

MINAYO, Maria Cecília de Souza(organizadora). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ. Vozes. 1994.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, M^a Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social.** São Paulo: Cortez, 2010.

MOREIRA, Marco Antônio. **Metodologias de Pesquisa em Ensino**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2011.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. **A Análise das Políticas Públicas**. Traduzido por: Agemir Bavaresco, Alceu R. Ferraro. Pelotas: Educat, 2002.

PEREZ, Marcos Augusto. **A administração pública democrática: institutos de participação popular na administração pública**. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Burocracia Pública e Reforma Gerencial**. Revista do Serviço Público, Brasília, ano 50, n. 4, out-dez. 1999. p. 06. Disponível em: <http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=827&Itemid=129>. Acesso em: 02 jun. 2018.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 90**. São Paulo: Xamã, 2003.

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional 2009 – 2013. Versão eletrônica. Disponível em: <<http://breves.ifpa.edu.br/documentos/institucional/2011-1/345-pdi-ifpa-2009-2013/file>>. Acesso em 23 de agosto de 2018.

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional 2014 – 2018. Versão eletrônica. Disponível em: <<https://ifpa.edu.br/documentos-institucionais/0000/docs-inst/4032-pdi-2014-2018-revisado/file>>. Acesso em 23 de agosto de 2018.

RIBEIRO, Paulo Silvino. **O papel do Estado segundo Thomas Hobbes**. Brasil Escola. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/o-papel-estado-segundo-thomas-hobbes.htm>>. Acesso em 14 de outubro de 2018.

ROSE, R. **A abordagem do programa para o crescimento do governo**. British Journal of Political Science. vol. 15. Nº 01, 1985. p. 1-28.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social: Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens**. São Paulo, Abril Cultural, 1973.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação: LDB, limite, trajetória e perspectivas**. 8ª. Ed. São Paulo: Autores Associados, 2003.

SILVEIRA, Daniel Barile da. **Patrimonialismo e Burocracia: uma análise sobre o Poder Judiciário na formação do Estado brasileiro**. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito, Estado e Constituição) - Programa de Pós-Graduação em Direito do Estado da Universidade de Brasília (FD-UnB), UnB, Brasília. Disponível em:<http://bdtd.bce.unb.br/tesdesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1894>. Acesso em: 4 jun. 2017, p. 29.

SOUZA, Lanara Guimarães. **A avaliação de políticas educacionais: contexto e conceitos em busca da avaliação pública**. Salvador: EDUFBA, 2009.

SOUZA, Alexandre Augusto Cals. **Políticas Educacionais na Amazônia: Estado, Democracia, Sociedade Civil e Participação**. Jundiá, Paco Editora. 2015.

TÖNNIES, F. **Princípios de Sociologia**. México: Fondo de Cultura Económica. 1942.

UFPA. Universidade Federal do Pará. Conselho Superior de Ensino e Pesquisa. **Aprova o Programa de Pesquisa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia (POEMA)**. Resolução N° 2.196 de 01 de setembro de 1994. Disponível em: <http://www.ufpa.br/sege/boletim_interno/downloads/resolucoes/consepe/1994/2196%20Aprova%20programa%20de%20pesquisa.pdf> Acessado em: 02/10/2018.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: UnB. 2 v. 1999.

_____. **A Ciência como Vocação**. In Metodologia das ciências sociais. Parte II. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed.UNICAMP, 1993.

DIEGUES, A. C. S.; NOGARA, P. J. 1994. **O nosso lugar virou parque**. São Paulo: NUPAUB. 187p.

COLCHESTER, M. 2000. **Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas**. In: DIEGUES, A. C. (Org) Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo, Hucitec. p. 227-256.

LEROY, J. P. 1999. **Da comunidade local às dinâmicas microrregionais na busca do desenvolvimento sustentável**. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M. (Org) A geografia política do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. p. 251-272.

Elisabeth dos Santos Bentes et al. **A pesca artesanal a jusante da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí, estado do Pará**. Novos Cadernos NAEA. v. 17, n. 2, p. 167-187, dez. 2014, ISSN 1516-6481 / 2179-7536.

OLIVEIRA, C. M. **Governança e cooperação interinstitucional na dinamização de intervenções em arranjos produtivos locais de grãos, estado do Pará**. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2011.

PARÁ. **Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura (Sepaq)**. Diagnóstico da pesca e da aquicultura do estado do Pará. Diagnóstico, tendência, potencial e política pública para o desenvolvimento do setor pesqueiro artesanal. Volume 2 de 7. Belém: 2008.

PARÁ. I Seminário de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura do Estado do Pará. Agência Pará de Notícias, 13.12.2017. Disponível em: <http://agenciapara.com.br/Noticia/159796/cadeia-produtiva-do-pescado-no-para-e-tema-de-seminario>. Acesso em: 20 de out. 2018.

BRASIL. LEI Nº 11.959, DE 29 DE JUNHO DE 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.

KUHN, Thomas S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 9ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

Eduardo Tramarim, **PERIODO DA HISTORIA DO BRASIL CONHECIDO COMO OS ANOS DE CHUMBO**. 2007. Acessado em: <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/CAMARA-E-HISTORIA/340530-PERIODO-DA-HISTORIA-DO-BRASIL-CONHECIDO-COMO-OS-ANOS-DE-CHUMBO.html>. Em 12 dez 2018.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA COORDENADOR DO CURSO DE PESCA E DOCENTES DO CURSO

NOME:

ANO DE EXERCÍCIO:

INÍCIO NA COORDENAÇÃO:

E-MAIL:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

1. Trajetória histórica da criação do curso de pesca?
2. Criação do curso e a participação da comunidade?
3. Qual a relação dos cursos com a realizada da comunidade local?
4. Potencialidades e limitações dos cursos?
5. Há relação do saber teórico - científico com os saberes ribeirinhos?

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA ALUNO DO CURSO DE PESCA

NOME:

TURMA:

TURNO:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

1. O que você entende por ensino médio subsequente?
2. O que precisa acontecer para IFPA ser referência em educação profissional?
3. Como é a relação das teorias da sala de aula com a prática em sua comunidade?
4. O curso relaciona com o mundo do trabalho? De que forma? O que precisa melhorar?
5. O que faltou no seu currículo?
6. O curso de Pesca forma profissionais para a pesca industrial ou empresarial?
7. Qual a contribuição para sua comunidade?
8. Há diálogo entre o saber ribeirinho e o conhecimento tecnológico do instituto?
9. Quais as potencialidades e limitações do curso?

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA LÍDER DA COMUNIDADE

NOME:

COMUNIDADE:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

1. Localização do Genipaúba?
2. Qual tipo de embarcação mais usada para transporte?
3. Quantos habitantes na comunidade? Quantas moradias? Quais os tipos de moradias?
4. Quantas casas possuem tratamento de esgoto? Quantas casas possuem fossas sépticas? O restante o que faz em relação aos dejetos humanos?
5. Como funciona o abastecimento de água potável? Quantas usam poços?
6. Quantas escolas possuem? De que nível?
7. Como é situação da saúde? Quantos posto de saúde tem? Possui atendimento contínuo?
8. Quantas pessoas participam da organização comunitária?
9. O que você conhece sobre IFPA?
10. O que precisa acontecer para IFPA ser referência em educação profissional?
11. Como é a relação das teorias e prática em sua comunidade?
12. Quais as contribuições do curso para sua comunidade?
13. Há diálogo entre o saber ribeirinho e o conhecimento tecnológico do instituto?
14. Quais as potencialidades e limitações do curso?
15. Outras observações.